

26 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça e distinção

Proposta de aumento de salários para o Judiciário desordena a administração pública e pode motivar corrida por vantagens especiais

O Senado recebeu uma proposta de emenda constitucional que, se aprovada, terá o poder de provocar um regresso desolador na administração pública brasileira, já bastante ultrapassada.

A PEC 63 estipula que magistrados, procuradores e promotores de Justiça recebam aumentos de 5% do salário a cada cinco anos de serviço em atividade jurídica, até o adicional máximo de 35%.

Aposentados e pensionistas terão direito ao benefício, que será calculado de modo retroativo e pode referir-se também aos anos de trabalho na advocacia. A proposta autoriza que esses extras não sejam limitados pelo teto do serviço público, hoje em R\$ 29,4 mil.

A promoção salarial por tempo de serviço e outras vantagens eram permitidas nos porões de uma legislação destinada a facilitar que a corporação dos servidores, ou seus membros mais espertos, se apropriasse injustificada e progressivamente dos impostos.

A reforma administrativa de 1998 deu cabo de grande parte dessa indústria dos adicionais. A PEC 63 abre espaço para seu retorno.

Se o teto constitucional desaparecer no Judiciário, outras categorias reivindicarão regalia semelhante — e não é difícil supor que serão atendidas no Congresso ou, por ironia, via decisão judicial.

O apoio à emenda denota alheamento da realidade financeira do Estado e das disparidades salariais no país. O salário de juízes federais já equivale ao de quem está no 1% mais alto da distribuição de rendimentos.

Membros das mais diversas entidades e instâncias judiciárias defendem a proposta. Argumenta-se que os servidores em questão são “diferenciados”; seriam “agentes do poder político”, personificando “órgãos estatais fundamentais”.

Suas carreiras não seriam, ademais, pautadas pelas normas de outros setores do funcionalismo, que permitem diferenciação progressiva de vencimentos.

No Judiciário, segue o argumento, ocupantes de um certo posto recebem o mesmo salário, não importa a antiguidade; é preciso premiar a experiência, criar incentivos para atrair ou manter os profissionais no Estado e dar condições monetárias para a isenção em julgamentos e investigações.

Com uma ou outra mudança, tais argumentos são válidos para representantes de outros Poderes e para todos os demais servidores.

Não se vê a defesa de prêmios por eficiência ou de um modo de organizar as carreiras judiciais que não implique ônus adicionais ao erário. Pleiteia-se apenas um privilégio que vai desordenar a administração pública e o controle de gastos, inspirando uma corrida em busca de vantagens especiais.

O Senado não pode aprovar tal regresso. O país, agastado com excessos e abusos do setor público, certamente não o aprova.

26 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Cai resistência à adoção de criança negra e mais velha

Índice de adultos que só quer filho branco foi de 39% para 29% entre 2010 e 2014, mostra cadastro nacional

A proporção de pessoas que aceitam maiores de três anos de idade aumentou de 29% para 42% no mesmo período

NATÁLIA CANCIAN
DE SÃO PAULO

Sem restrição de cor, sexo ou estado de saúde. Ao preencher o cadastro de interessados em adotar, em 2009, a única exigência do casal Flávia e Thales e Schettini era a idade. Eles queriam que a criança fosse mais nova do que o filho Matheus, na época com dois anos.

Ao longo do processo, o casal mudou de ideia e passou a aceitar uma criança com até seis anos de idade.

Enquanto eles atualizavam o cadastro, outros casais faziam o mesmo no país.

Dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mostram que os casais selecionam cada vez menos a cor, o sexo e a idade dos filhos.

Entre 2010 e 2014, a proporção de pretendentes que aceitava só crianças brancas caiu de 39% para 29%. Já a de indiferentes em relação à cor passou de 29% para 42,5%.

Thales e Flávia adotaram há um ano Maria (nome fictício), negra, na época com três anos —ela passou dois à espera de uma família.

Também aumentou o percentual dos que que aceitam

crianças com três anos ou mais. Em 2010, eram 41% do total de interessados; neste ano, são 51,5%.

Para especialistas, ao menos três fatores explicam a mudança: a participação obrigatória dos candidatos a adoção em cursos oferecidos por ONGs e varas de infância e juventude, o trabalho de grupos de apoio e a maior divulgação do processo.

“Demorou para dar resultado, mas, a cada ano, conseguimos conscientizar mais gente de que não interessa a faixa etária [da criança], porque filho é para a vida inteira”, diz Reinaldo Cintra, juiz da coordenadoria de Infância e Juventude de SP.

A mudança de perfil dos futuros pais os aproximam das crianças que esperam por uma nova família nos abrigos, já que a maioria delas é negra e mais velha.

DESCOMPASSO

Apesar disso, os requisitos de cor, idade e gênero, somados à falta de estrutura do Judiciário, ainda são apontados para explicar a existência de até seis pretendentes para cada criança apta à adoção.

Para a Corregedoria Nacional de Justiça, o número superior de interessados é positivo. O problema está na existência de crianças “indesejadas” pelos pretendentes.

Hoje, 78,5% estão com mais de dez anos, 77% têm irmãos e 22%, alguma doença.

No país, há 30,9 mil pretendentes na fila de adoção, para 5.456 crianças aptas —sendo 67% pretas ou pardas.

De acordo com o juiz Cintra, sempre haverá interessados em adotar crianças menores. “O sonho de muitos é ter um recém-nascido”, diz. “Não critico, mas as pessoas precisam ter consciência de que demora.”

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ADOÇÃO SEM BARRÉIRAS

Futuros pais estão menos exigentes em relação a cor, idade e sexo das crianças

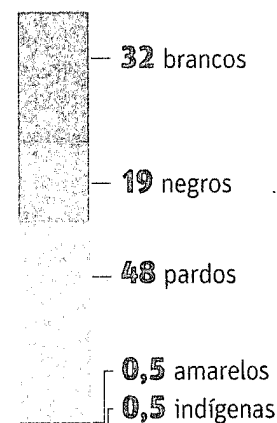
30.946

é o número de pretendentes cadastrados para adotar crianças em todo o país

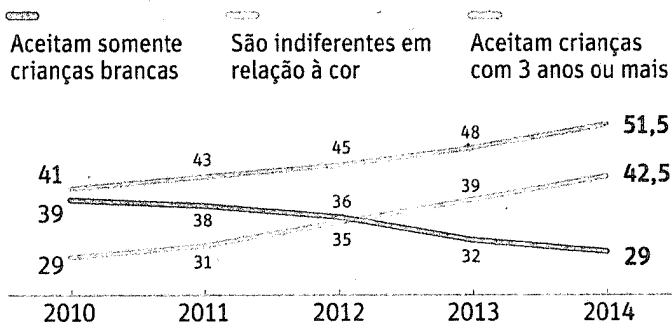
5.456

é o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Brasil

Perfil das crianças e adolescentes aptos à adoção (em %)



MUDANÇA NO PERFIL DOS PRETENDENTES (EM %)*



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

*Percentual em relação ao total de pretendentes cadastrados no mesmo período de cada ano

CONTINUA

'Tá estranhando? É minha mãe sim', diz garota adotada

Mulher branca escolheu menina negra, mais velha e com dois irmãos, com os quais a criança mantém contato

'Não dá para dizer que não gerou insegurança, mas quando a conheci vi que não tinha razão', afirma mãe adotiva

DE SÃO PAULO

"Ela veio me ver e fomos ao shopping. A gente brincou tanto que eu me senti da família. No final, eu perguntei se ia voltar para me buscar e ela disse que sim."

É assim que Evelin, 10, descreve o primeiro encontro com a mãe, Aurea Medrado, 46, e a irmã, Mariana, 15.

Um mês depois, a menina, com 4 anos, partia do interior para São Paulo, com uma malinha e uma boneca Mônica. "Ela prometeu. E eu confiei", conta Evelin.

Aurea e o marido, ainda casados na época, fizeram uma adoção tardia (quando a criança já não é mais bebê), inter-racial (a filha é negra; Aurea, branca) e compartilhada: Evelin tem dois irmãos, com os quais mantém contato frequente, adotados por dois casais.

Mas nada com que a família não soubesse lidar. "Teve

um dia no mercado em que um senhor ficou olhando para mim e minha mãe. Aí eu falei: Você tá estranhando, né? Ela é minha mãe, sim", conta Evelin, rindo.

A resposta foi um pedido de desculpas, seguido de um "É que sou do interior". Ao que a menina emendou, agora segundo a mãe: "Eu também sou, de onde você é? No seu interior não tem adoção?"

Para Aurea, a espera pela adoção poderia ser resolvida se os pretendentes buscassem menos um perfil idealizado de filho.

"Hoje os candidatos descrevem como é a criança de-

sejada por eles", afirma. "O foco poderia ser invertido: será que posso ser útil para a criança que existe?"

NOVA CHANCE

Aos seis anos, Elisa (nome fictício) mudou sua história após ser adotada por Márcia de Paula, 44, e Ailson Katsumata, 56, há um ano.

"Existem ideias preconcebidas. Não dá para dizer que não gerou insegurança. Mas, depois que a conheci, vi que não tinha nenhuma razão de ser", conta Márcia.

Já o casal Fábria Simões, 39, e Renata Longui, 35, estava decidido: ao preencher o cadastro, não inseriram restrições de cor nem de gênero.

Também aceitavam adotar irmãos de até dez anos.

Passaram-se nove meses até a chegada de Carlos Henrique, 8, que é negro, e Giovana, 7, branca, ambos irmãos biológicos e havia quatro anos em um abrigo.

O longo tempo de espera fez com que o juiz escrevesse na sentença que "a vida deu uma nova chance" para os dois terem uma família.

"Parece que eles sempre foram nossos", afirma Renata. (NATÁLIA CANCEIAN)

66 Hoje os candidatos [à adoção] descrevem como é a criança desejada por eles. O foco poderia ser invertido: será que posso ser útil para a criança que existe?

AUREA MEDRADO, 46
mãe de Evelin

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO



Aurea Medrado, 46, com as filhas Mariana, 15 e Evelin, 10, adotada quando tinha 4 anos

“Barbosa está exagerando”

Depois de três meses na prisão, Roberto Jefferson, delator do mensalão, conta em carta como se sente atrás das grades

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

“Cadeia, 19/05/14”. É assim que Roberto Jefferson começa uma carta à *Folha*, escrita à mão, do Instituto Penal Coronel PM Francisco Spargoli Rocha, em Niterói (RJ).

Condenado a sete anos e 14 dias por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo do mensalão, o petebista completou três meses de prisão neste sábado (24).

A pedido da reportagem, ele descreveu pela primeira vez como se sente atrás das grades. Na carta, Jefferson, que em 2005 revelou o mensalão em entrevista à *Folha*, fala da saúde, da conjuntura política na América Latina, dos novos escândalos no Brasil e da rotina na prisão.

Ao citar o desafio José Dirceu, uma surpresa: “Sobre o Dirceu, penso que o JB está exagerando e vitimizando a turma do PT”.

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, o “JB” a que Jefferson se refere, negou no começo do mês o pedido do petista para trabalhar fora da cadeia durante o dia.

Dirceu está preso desde novembro no complexo da Papuda, em Brasília, acusado de comandar o mensalão, escândalo definido pelo STF como um esquema de compra

de apoio político no Congresso no primeiro mandato do ex-presidente Lula.

“Você sabe que eu não gosto do José Dirceu, mas a coisa está demais”, afirmou.

DUELO

Depois, o presidente do STF revogaria o direito de sair da prisão para o trabalho de outros condenados no escândalo sob o argumento de que eles ainda não completaram um sexto da pena, requisito da Lei de Execuções Penais para o benefício.

Desde que o escândalo do mensalão veio à tona, Jefferson patrocinou publicamente uma espécie de duelo com Dirceu —então ministro da Casa Civil e um dos principais auxiliares de Lula—, a quem sempre acusou de ter comandado o esquema do mensalão.

Agora, faz coro com o petista em relação à negativa de Barbosa ao trabalho externo.

“Ele [Barbosa] monocraticamente revogou uma jurisprudência consagrada em todas as comarcas e tribunais do Brasil. Até no STJ [Superior Tribunal de Justiça] os condenados no semiaberto trabalham desde o primeiro dia da execução da sentença. Nitidamente o JB tem diferenças pessoais com a Turma do PT.”

Jefferson diz estar sendo bem tratado na prisão.

“A diretora é uma mulher

muito sensível e atenciosa. Tenho mantido minha dieta, estou em cela individual por recomendação médica, dada a minha condição mais delicada de saúde”, escreve ele na carta.

O petebista precisa de alimentos especiais, sem gordura, por causa das cirurgias a que foi submetido para o tratamento de um câncer, que acabaram reduzindo seu aparelho digestivo.

A defesa de Jefferson agora espera que o STF vote seu pedido para cumprir a pena em casa, por motivos de saúde, pleito feito desde a sua condenação.

Sobre sua rotina na cadeia, diz ler todos os dias a *Folha* e os jornais “Valor Econômico”, “O Globo” e “O Estado de S. Paulo”.

E fala sobre Pasadena, Lava Jato e CPIs, temas que mais têm movimentado o mundo político recentemente.

“A temperatura subiu. Para mim, o pior poderá vir pelo TCU [Tribunal de Contas da União], se convocarem a Dilma para depor, numa franca contestação à sua qualidade gerencial. Esse caminho técnico e jurídico é muito mais poderoso que o político. Esse caminho sim poderá resultar em danos graves à imagem do governo”, discorre.

CONTINUA

25 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FUTURO

Na carta, Jefferson ainda faz considerações sobre o “desgaste das esquerdas na América Latina”.

“Argentina, Venezuela, Brasil, a coisa começa a decantar. Nada como a democracia e liberdade da imprensa, as coisas ficam mais nítidas aos olhos do povo”, afirma o petebista.

“Na Venezuela, o movimento liberal, de resistência à brutalidade da esquerda bolivariana, nasce com os estudantes. Existe um espaço de cinquenta anos entre os meninos de hoje e aqueles da luta contra os militares, que golpearam a liberdade”.

O texto do petebista também alude ao futuro.

“Tudo passa. Tudo tem seu tempo. Nada e ninguém é para sempre”.

E termina citando a família: “Sobre minha Ana Lúcia (sua mulher), digo que Deus reserva a poucos uma companheira como ela”.

25 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Governo vai tentar barrar na Justiça greve de PMs na Copa

Plano também é cobrar de líderes custos de eventual uso da Força Nacional

Paralisações afetaram recentemente BA e PE, e há indicativos de novas mobilizações durante o Mundial

NATUZA NERY
DE BRASÍLIA

Com receio de que greves na área de segurança criem problemas internos durante a Copa e arranhem a imagem do Brasil no exterior, o governo decidiu atacar os movimentos com ações na Justiça Federal e medidas que atingem o bolso dos grevistas.

São duas as principais frentes que serão adotadas na Copa: o governo vai entrar com ações judiciais contra as paralisações, medida que hoje cabe aos Estados, e quer cobrar de líderes de greve que arquem com os custos de eventual emprego da Força Nacional para garantir a ordem pública.

Recentemente, uma onda de greves de policiais militares afetou Estados como a Bahia e Pernambuco, e a violência explodiu no período com cenas de saques e depredações. Há indicativos de que novas paralisações de policiais militares, civis e até da Polícia Federal ocorram no período da Copa.

Na sexta-feira (23), jornalistas estrangeiros demonstraram preocupação com as

greves na área de segurança pública em entrevista de ministros do governo envolvidos com a questão.

Sem dar detalhes aos jornalistas, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) havia admitido apenas que o governo tem planos alternativos.

À Folha o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, revelou o conjunto de medidas contra greves dessas categorias durante o Mundial.

“Quem é responsável pela segurança, policial militar ou policial civil, não pode fazer greve, é ilegal.”

A União decidiu que irá intervir e não vai deixar só com os municípios e Estados a competência para acionar a Justiça em caso de ameaça de paralisação.

“Podemos entrar como assistente do município ou do Estado. Mas, no caso de segurança — e os eventos recentes mostraram isso —, a União adquire legitimidade para tomar iniciativa de buscar coibir práticas ilegais, seja com a Força Nacional, seja por meio da Justiça, proibindo e impedindo a greve. Isso é uma novidade”, disse Adams.

A segurança é a única área na qual a União pode ser obrigada a indenizar a Fifa por danos causados por eventuais distúrbios. A norma, que não cita valores, é previs-

ta na Lei Geral da Copa, acordo internacional aprovado pelo Brasil para a realização do Mundial.

“Como a União tem que indenizar a Fifa em caso prejuízo por distúrbios, logo tem o interesse de avocar para si o poder de atuar contra a greve nos Estados.”

A entrada da AGU contra a greve de policiais não federais na Copa dará mais agilidade às decisões de magistrados, de acordo com Adams, pelo fato de os processos serem tocados pela Justiça Federal.

“Nada impede que os Estados tomem suas iniciativas próprias. O problema do movimento é que ele procura os momentos de maior fragilidade do Estado a fim de ter mais ganhos, agir com oportunismo”, afirmou.

CONTINUA

25 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MEXER NO BOLSO

Adams também quer que líderes grevistas e as próprias associações que organizarem eventuais greves devolvam aos cofres públicos todo o dinheiro gasto pelo governo federal caso uma paralisação leve ao emprego da Força Nacional de Segurança para compensar a ausência de policiamento nos Estados.

Despesas como deslocamento, alimentação, diárias, equipamento utilizado deverão ser ressarcidas por parte dos responsáveis pelo movimento.

“Não vamos tolerar a baderna. Por isso decidimos mexer no bolso do movimento grevista”, disse o ministro.

BLITZ

A AGU realizará, ainda, uma espécie de blitz para punir juízes responsáveis por julgar assuntos da Copa, como a suspensão de jogos. As defesas contra liminares contrárias aos eventos serão entregues preventivamente ao magistrado antes de seu despacho para evitar decisões de interrompam jogos e outras atividades.

Em outra linha de atuação, o ministério promete monitorar e processar um suposto conluio de pessoas interessadas em acionar, de forma velada, a Justiça.

No caso da concessão dos aeroportos, por exemplo, modelos de petição circulavam na internet e embasavam ações em diversos lugares.

“ Não vamos tolerar a baderna. Por isso decidimos mexer no bolso do movimento grevista

Quem é responsável pela segurança não pode fazer greve, é ilegal

Como a União tem que indenizar a Fifa em caso de prejuízo por distúrbios, tem o interesse de avocar para si o poder de atuar contra a greve

LUÍS INÁCIO ADAMS
advogado-geral da União

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Bancos devem arcar com perdas de poupadores?

NÃO

Condenado por cumprir a lei?

MURILO PORTUGAL

A partir da segunda metade dos anos 1980, o governo brasileiro adotou planos econômicos para conter a forte aceleração inflacionária. Seu êxito foi apenas parcial, mas evitaram a hiperinflação e a ruptura do padrão monetário. Nesses planos, além de congelar preços de bens e serviços, o governo alterou as regras de praticamente todos os contratos da economia.

Isso afetou salários, aluguéis e várias outras obrigações financeiras. Também foram alteradas as regras de correção monetária do setor imobiliário: as cadernetas de poupança e os empréstimos para aquisição da casa própria, que eram financiados com os recursos da poupança.

Passados muitos anos, na década de 1990, alguns detentores de cadernetas de poupança ingressaram com ações na Justiça, alegando que sofreram perdas em função das mudanças nas regras de correção das cadernetas, responsabilizando os bancos por essas supostas perdas.

É sobre estas questões que o Supremo Tribunal Federal deverá tomar uma decisão na próxima semana. A nossa expectativa é que seja feita justiça, o que, em nossa opinião, significa decidir favoravelmente aos bancos. Por quê?

Primeiro, porque os bancos apenas cumpriram rigorosamente a legislação da época e não tinham ou-

tra opção. Resoluções do Banco Central, previamente autorizadas por leis aprovadas pelo Congresso, estabeleceram índices e determinaram o mês de sua aplicação. Não parece justo que os bancos venham a ser condenados por cumprirem o que impunha a lei.

Segundo, os bancos não lucraram com os planos econômicos. Sua lucratividade nos anos em que foram editados os planos econômicos foi menor do que a média das décadas de 1980 e 1990. As mesmas regras aplicadas às cadernetas o foram também aos empréstimos habitacionais. Se a mudança dos índices tiver proporcionado ganho a alguém, seria àqueles que tinham financiamentos imobiliários à época.

Terceiro, a maioria dos poupadores não perdeu. A alegada perda reclamada por alguns portadores de caderneta refere-se somente ao mês de introdução de cada plano de estabilização. As mudanças nas regras faziam com que, no mês de sua introdução, o índice de correção ficasse anormalmente alto; e anormalmente baixo nos meses subsequentes. Do ponto de vista econômico, perdas ou ganhos nas circunstâncias de um plano de estabilização não podem ser avaliados pelo resultado de um só mês, principalmente se tiver sido este distorcido pela mudança.

O Ministério da Fazenda fez estudo comparando o índice antigo com o novo num período de quatro meses, demonstrando que o menor ajuste no mês de edição do plano foi mais do que compensado por correções maiores nos meses seguintes. Quem não sacou os recursos da poupança no mês do plano, que é o caso da maioria das pessoas, não teve perda.

Quarto, do ponto de vista da equidade, não seria justo tratar os poupadores diferentemente dos demais agentes econômicos. Como mencionado, também os preços, salários e aluguéis foram temporariamente congelados e tiveram suas regras de correção alteradas.

Uma decisão contrária aos bancos poderá gerar sérias repercussões macroeconômicas, afetando todos os brasileiros com um impacto negativo no crescimento do PIB. Mais da metade da conta teria de ser paga pelos bancos de propriedade do próprio governo, isto é, por toda a população. Esses riscos levaram ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central a externar sua preocupação ao STF, numa carta inédita em nossa história.

MURILO PORTUGAL, 65, é presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Foi diretor-geral adjunto do Fundo Monetário Internacional (2006-2011) e secretário-executivo do Ministério da Fazenda (governo Luiz Inácio Lula da Silva)

CONTINUA

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

311

O maior calote da história

MARILENA LAZZARINI E WALTER FAJAD DE MOURA

Milhares de juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores concordam há 20 anos que o prejuízo de correntistas gerados por planos econômicos dos anos 1980 e 1990 no rendimento da poupança deve ser cobrado dos bancos.

Com ou sem a adoção de plano econômico para frear a inflação, nenhuma lei autorizou os bancos a desrespeitar a correção integral dos aniversários contratados nas contas poupança naquela época. No Supremo Tribunal Federal (STF), são mais de 300 decisões a favor dos poupadores, proferidas por praticamente todos os ministros. O ministro Marco Aurélio de Mello, por exemplo, nunca proferiu nenhuma decisão contrária aos poupadores.

Em 1997, um juiz escreveu que se a caderneta de poupança é um contrato, mesmo que uma lei nova viesse a criar plano econômico novo, a Constituição resguardaria os “rendimentos previstos na norma vigente ao tempo do depósito”. O autor dessa frase é o hoje ministro do Supremo Teori Albino Zavascki.

O que há de novo? Os bancos pensam que estão acima da lei e bateram à porta do STF para aplicar um calote nos brasileiros. Isso não é novidade. Em 2001, usaram manobra parecida para tentar escapar do Código do Consumidor. Nesta mesma seção da **Folha**, em 15/11/2005 (“Os

bancos e o direito do consumidor”, de Ives Gandra da Silva Martins), foi dito que, caso o STF mantivesse a aplicação do Código, “assistiremos à implosão da moeda e das instituições financeiras”.

No ano seguinte, o Supremo decidiu a favor dos consumidores e nada aconteceu. Se algo explodiu, foram os lucros bilionários dos bancos, provando que em seus gordos cofres há dinheiro mais do que suficiente para pagar aos cidadãos que esperam por quase uma vida. E esse valor não ultrapassará a cifra de R\$ 8 bilhões. Lamenta-se, contudo, que a maioria dos poupadores não tenha recorrido à Justiça e que tantos tenham morrido sem ver a cor do seu dinheiro.

No atual julgamento, as instituições financeiras foram além. Contrataram consultorias e pareceres mundo afora para pressionar os ministros do Supremo com a ameaça de que, se forem pagar o que falta, o país quebrará. A União, em situação semelhante, cumpriu o que a Justiça determinou e pagou a todos os brasileiros as correções no FGTS.

Os bancos têm consciência desse débito e, se a conta está alta ou baixa, a culpa é deles, que preferiram empurrá-la com milhares de recursos protelatórios no Judiciário.

O país vive um período de reflexão sobre o que é certo ou errado e esse

caso é paradigmático. Se os cidadãos devem, perdem o salário, sofrem penhoras, ficam até sem luz. A lei no Brasil vale apenas para cobrar os pequenos? É mais que hora de respeitar as decisões dos juízes, desembargadores e ministros, sem medo da granada oca. Ela não vai explodir.

Falar que o país vai quebrar é o pior dos argumentos, pois ignora que cada cidadão, ao receber o que lhe é devido, não enterrará seu dinheiro no quintal. O dinheiro volta para a economia na forma de comida, remédios, educação, e serviços — inclusive bancários.

Nesta semana, o ministro Felix Fischer, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), confirmou que um brasileiro pedreiro tem tanto direito quanto qualquer outro indivíduo ou empresa, mantendo a lei e os julgados, sem ceder à forte pressão dos bancos.

O direito do cidadão está resguardado na Constituição Federal, que coloca todos iguais perante a lei. Os cidadãos confiam que a suprema corte não vai lhes subtrair isso. Nas palavras de Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, o desenvolvimento pressupõe, além de liberdade, respeito aos indivíduos.

MARILENA LAZZARINI, 65, engenheira agrônoma, presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

WALTER FAJAD DE MOURA, 34, mestre em direito, é advogado do Idec

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Kfourí não cometeu crime contra a honra de Marin, decide juiz

DE SÃO PAULO - A Justiça decidiu que o jornalista Juca Kfourí não cometeu crime contra a honra do presidente da CBF, José Maria Marin, em coluna publicada pela Folha e em entrevista reproduzida em seu blog, nas quais fez críticas a Marin.

No texto "O Sargentão e a Gerentona", veiculado na edição de 8 de julho de 2013, Kfourí mencionou situações polêmicas da vida pública de Marin, como o episódio em que o presidente da CBF embolsou uma medalha em uma premiação esportiva.

Segundo o juiz José Zoéga Coelho, do Fórum da Barra Funda, de São Paulo, as afirmações do colunista da Folha configuraram exercício do direito de crítica, que é protegido pela Constituição.

Na sentença, o magistrado ainda acrescentou que nenhuma das críticas a Marin "estava destituída de um mínimo fundamento de fato".

A decisão é de primeira instância e cabe recurso.

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

? Governo do Paraná vai leiloar floresta pública para fazer caixa

**VOLTA
R**

Venda de 12 mil hectares pode render no mínimo R\$ 100 milhões

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em meio a uma grave crise financeira, o governo do Paraná decidiu leiloar florestas que pertencem ao Estado, numa medida que irritou entidades ambientalistas locais.

Serão vendidos 12 mil hectares, ao preço mínimo de R\$ 100 milhões. Cerca de metade desse volume de terras é formada por áreas remanescentes de mata atlântica, situadas entre a Serra do Mar e o interior paranaense.

“Esse patrimônio não pode ser entregue assim. Isso é improbidade administrativa, é crime. É desespero para fazer caixa de qualquer jeito”, diz o ambientalista Clóvis Borges, diretor da Sociedade de Proteção à Vida Selvagem.

O governo Beto Richa (PSDB) classifica a decisão como “estratégica”. Cita o alto custo para manter as áreas que deveriam dar lucro ao Estado pelo reflorestamento e a venda de madeira.

O Instituto de Florestas do Paraná, autarquia responsável pelas áreas, hoje dá prejuízo. O governo gastou R\$ 8

milhões para mantê-lo na atual gestão, e iria desembolsar mais R\$ 18 milhões até que ele voltasse a ter lucro.

“O Estado não tem condição de ficar contratando gente para cortar pinus. Vamos gastar energia com outras coisas”, diz o secretário de Agricultura, Norberto Ortigara.

A ideia, segundo ele, é se desfazer aos poucos de todas as áreas do instituto, que somam 45 mil hectares. O governo diz preferir fomentar a atividade privada em reflorestamento a gastar dinheiro público com isso.

Ortigara nega que a decisão tenha sido acelerada por causa da crise do Estado.

Desde o ano passado, o governo tem atrasado o pagamento a fornecedores e paralisado obras por falta de dinheiro. Metas de governo foram suspensas, e um mutirão de arrecadação foi lançado para reforçar o caixa.

Richa se queixa do atraso na liberação de empréstimos que iriam financiar obras e serviços do Estado.

“Não estamos caçando dinheiro. Vendemos por uma questão de estratégia”, diz.

O hectare será vendido a partir de R\$ 8.000, preço considerado abaixo do valor de mercado. O governo diz que é o preço mínimo — aprovado por técnicos do Estado.

DESMATAMENTO

Os que se opõem ao leilão temem que a mata atlântica seja destruída e querem que as áreas se transformem em unidades de conservação ou sejam mantidas até que voltem a dar lucro.

“Quase tive um infarto quando soube”, declara o advogado e especialista em direito ambiental Aristides Athayde, que já integrou a administração do instituto.

“Essas são algumas das mais preciosas áreas do Brasil. São corredores de biodiversidade espetaculares.”

O governo argumenta que a mata nativa será preservada, já que está protegida por lei, e que toda área em estado avançado de regeneração será transformada em unidade de conservação, conforme prevê um decreto estadual.

O Ministério Público vai analisar o caso e pode pedir a suspensão do leilão.

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Pressão política fez TCE liberar licitação, diz e-mail da Alstom

Mensagem de executivo afirma que 'esquema político' provocou mudança no tribunal durante governo Alckmin

Multinacional venceu concorrência com proposta acima do valor do orçamento elaborado pelo Metrô

DE SÃO PAULO

O Metrô paulista pressionou o TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo para que a corte liberasse uma licitação de interesse da Alstom, aponta e-mail encontrado na multinacional por autoridades federais. Uma semana após a mensagem, o TCE cassou uma decisão que bloqueava a concorrência e deixou que ela prosseguisse.

O tribunal paulista resolveu o caso todo em 15 dias, com rapidez incomum. Em geral, processos como esse demoram de 30 a 60 dias.

Posteriormente, a Alstom venceu a licitação com uma proposta acima do valor do orçamento elaborado pelo Metrô, o que é também inusual em concorrências com livre disputa entre empresas.

O e-mail trata da licitação de 2005 da linha 2 - Verde do Metrô para implantação dos sistemas de trens do trecho entre as estações Ana Rosa e Alto do Ipiranga, no governo de Geraldo Alckmin (PSDB).

A Alusa, empresa concorrente da Alstom, apresentou petição ao TCE para barrar a concorrência pública no dia 16 de fevereiro de 2005.

Segundo a Alusa, o Metrô colocou em um só pacote da licitação quatro sistemas de equipamentos que podiam ser vendidos separadamente, e essa concentração violava a Lei de Licitações.

A lei determina que os fornecimentos devem ser divididos sempre que possível, para que várias empresas participem das licitações.

Em 19 de fevereiro de 2005, o então conselheiro do TCE Eduardo Bittencourt acolheu o argumento e suspendeu provisoriamente a licitação.

Três dias depois, o diretor da Alstom Wagner Ribeiro enviou e-mail à colega Stephanie Brun para informar sobre a situação da concorrência.

Afirmou que a apresentação das propostas da licitação estava bloqueada no TCE em razão da impugnação da Alusa, e que o "cliente", ou seja, o Metrô, havia posto em ação um "esquema político" para liberar a apresentação das propostas.

"A apresentação de propostas foi bloqueada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em razão de ação judicial da Alusa (empresa

brasileira) contra o processo licitatório. O cliente colocou em prática um esquema político para liberar a apresentação das propostas", afirmou Ribeiro no e-mail.

No dia seguinte, o plenário do TCE confirmou decisão favorável à Alusa. Porém, em 2 de março o plenário cassou a liminar concedida por ele mesmo e liberou a licitação, como queria a Alstom.

O aceitou o argumento técnico do Metrô de que a divisão no fornecimento dos equipamentos poderia comprometer a segurança e a confiabilidade dos sistemas.

Participou da votação unânime em favor do prosseguimento da licitação o conselheiro Robson Marinho, que é investigado pelo Ministério Público pelo suposto recebimento de propina para ajudar Alstom a ganhar contratos com o governo paulista.

Dois meses depois do julgamento, a empresa francesa venceu a licitação da linha 2 em consórcio com a multinacional alemã Siemens.

Segundo delação feita pela Siemens em 2013 ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ela, a Alstom e outras empresas formaram um cartel para fraudar a licitação da linha 2. (FLÁVIO FERREIRA E MARIO CESAR CARVALHO)

24 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF recebe pedido de investigação contra José Sarney

Ministro Dias Toffoli solicitou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que se manifeste sobre o caso

Senador teria feito saque de R\$ 2 milhões um dia antes de intervenção do BC no Banco Santos, em 2004

DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) recebeu pedido de investigação contra o senador José Sarney (PMDB-AP) por uma suposta irregularidade em episódio envolvendo o Banco Santos.

O caso foi distribuído ao ministro Dias Toffoli, que já encaminhou o material para que o procurador-geral da Re-

pública, Rodrigo Janot, possa se manifestar.

O processo foi enviado pela Justiça Federal de São Paulo. Em fevereiro, o Ministério Público Federal em São Paulo informou ter elementos concretos de possível prática de delito por parte de Sarney devido a sua ligação pessoal com o banqueiro Edemar Cid Ferreira, controlador do banco. O senador teria feito um saque de R\$ 2 milhões um dia antes de o Banco Central decretar intervenção na instituição, em 2004.

Sarney será investigado no Supremo porque ele tem foro privilegiado.

Na época, a assessoria de

Sarney confirmou que ele recebeu o dono da instituição para uma reunião extra-agenda, na presidência do Senado. Edemar Cid Ferreira estava em Brasília tentando salvar seu banco.

Uma ação na 6ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo apura se o banqueiro cometeu crimes contra o sistema financeiro.

Cid Ferreira já foi condenado a 21 anos de prisão por crimes como gestão fraudulenta, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, mas recorreu de todos eles.

Sarney já declarou que não teve nenhuma informação privilegiada no caso.

PAINEL Sem backup

A decisão do ministro do STF Teori Zavascki de suspender os inquéritos da Operação Lava Jato paralisou a análise de computadores e discos rígidos apreendidos pela Polícia Federal. Investigadores acreditam que estão ali documentos e e-mails que provam as transações financeiras entre empreiteiras, doleiros, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e até políticos. Documentos e relatórios foram enviados ao STF, mas os discos rígidos continuam intocados na sede da PF no Paraná.

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Mulheres

A revista íntima nas penitenciárias é o acréscimo ilegal à punição imposta pelo Estado

24 MAI 2014

A ESTATÍSTICA nem sempre esclarece. Um extraterrestre interessado na criminalidade feminina no planeta Terra teria a atenção desviada para a localização de Mônaco no mapa da Europa. Sim, o principado é detentor, segundo o International Centre for Prison Studies, de elevado índice de encarceramento de mulheres, comparativamente a homens: 17,2%. Perde apenas para Hong Kong (19,7%). Para a compreensão de dado tão extravagante, seria preciso levar em conta o universo de presos (só 29) e a circunstância de 95,1% serem estrangeiros.

Países líderes da desagradável disputa pela quantidade de presos no mundo, Estados Unidos (2,2 milhões), China (1,7 milhão), Rússia (670 mil), Brasil (540 mil) e Índia (385 mil) reservam para as mulheres menos de 9% do sistema.

Aqui, o número de presas dobrou desde 2005 e cresce mais do que o número de homens detidos. Em dezembro de 2012 (por que a atualização das estatísticas demora?), atingimos a marca de 35 mil (6,4% da população carcerária), mais de um terço em São Paulo.

A maioria estava atrás das grades por tráfico de drogas e furto. A liberdade de grande parte não representaria risco e muitas poderiam estar fora das prisões cumprindo modalidades mais civilizadas e econômicas de punição. Apenas 1.665 teriam cometido homicídio ou sequestro.

Apesar da participação ativa do sexo feminino em linchamentos no Brasil, por razões hormonais, evolutivas e históricas, mulheres são me-

nos violentas que homens. Isso explica a proporção reduzida nas cadeias.

De todos os delitos que, em tese, poderiam ser praticados por homens e mulheres, somente o de bruxaria (fruto de imaginação doentia e religiosa) resultou em punição de mais mulheres do que homens na história da humanidade. Mesmo no âmbito do terror político, lideranças como Ulrike Meinhof, do grupo extremista Baader-Meinhof (fundado em 1970 na antiga Alemanha Ocidental), são fora do comum.

Mas o caráter medieval do nosso sistema penitenciário alcança um número adicional de mulheres bastante expressivo. É constrangedor o relato do repórter Lucas Ferraz ("Ilustríssima", 27/4) a respeito das revistas íntimas.

Milhares de mulheres são submetidas todas as semanas a um verdadeiro ritual de humilhação para evitar entrada de drogas, armas e celulares nas penitenciárias. Segundo dados oficiais de São Paulo, em 2012 mulheres foram flagradas com objetos ilegais em 0,02% das revistas efetivadas. Dirão que o índice é insignificante porque a previsão da revista íntima inibe.

Mas celular, arma e droga estão sempre nos presídios — e não pela ação de mães, filhas, esposas e avós. É questão de monopólio? Guardas de presídio não querem saber de concorrência?

Por que não instalar em presídios equipamentos utilizados em aeroportos? Ou alguém imagina ser necessário, para prevenir o terrorismo, desnudar as mulheres e obrigá-las

a flexões sobre espelhos antes de entrarem nos aviões?

De onde vem este estranho prazer de maltratar mulheres?

A revista íntima é acréscimo ilegal à punição imposta pelo Estado. A humilhação inútil serve para desmoralizar seres humanos, gerar ódio, destruir vínculos familiares e acirrar o clima de violência que impera dentro e fora das prisões.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

MP investiga inscrição de filha em concurso do TJ presidido pelo pai

Katna Baran e Luan Galani

Concurso para técnico do TJ tem suspeita de irregularidades

O Ministério Público do Paraná investiga a inscrição da filha do desembargador Francisco Pinto Rabello Filho no concurso público para técnico judiciário do Tribunal de Justiça. O desembargador, que presidiu a comissão do certame, alega que não sabia da participação de sua filha. O MP apura também denúncia de falhas cometidas durante a aplicação das provas, no último domingo.

Desembargador que se afastou da função disse não saber se filha fez as provas. Ministério Público apura outras denúncias que podem levar à anulação do certame

O Ministério Público do Paraná (MP) investiga desde segunda-feira suspeitas de irregularidades no concurso público para preencher 160 vagas de técnico judiciário no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). As denúncias envolvem desde a inscrição no concurso de uma filha do ex-presidente da comissão do certame a possíveis irregularidades cometidas durante a aplicação das provas, no último domingo. Se comprovadas, as denúncias podem levar à suspensão e até à anulação do concurso (leia mais nesta página).

Entre os pontos questionados está a inscrição da filha do desembargador Francisco Pinto Rabello Filho — nomeado presidente da comissão do concurso no dia 16. O magistrado alega que não tinha conhecimento da participação da filha no concurso e diz que deixou a função logo que soube do fato, na segunda-feira, um dia após a realização do concurso.

Ele não soube dizer se a filha realmente fez as provas. O Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), responsável pelo certame, alega que a informação é sigilosa.

Rabello foi nomeado presidente da comissão no lugar do desembargador Lauro Fabrício de Melo, que se declarou impedido no dia 16 alegando que muitos dos seus assessores estavam inscritos. Conforme o TJ, ainda não há substituto para a função.

Apuração do MP

Há outras denúncias sobre o concurso, que contou com mais de 65 mil inscritos. Um dos candidatos com deficiência auditiva afirma que, em uma sala do câmpus Agrárias da UFPR, em Curitiba, o envelope com as provas já estava aberto, quando deveria estar lacrado, e os testes estavam sobre a mesa dos fiscais. Isso contraria as instruções iniciais da avaliação, que informavam que dois candidatos deveriam acompanhar a abertura dos envelopes. O candidato que constatou o caso registrou Boletim de Ocorrência e procurou o MP.

CONTINUA

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em nota, a UFPR confirmou que os envelopes foram abertos, mas alega que isso foi necessário. Segundo a universidade, como não houve a possibilidade de indicar o grau de deficiência de todos os candidatos, foi preciso fazer uma triagem momentos antes do início das provas, separando em outra sala as pessoas que necessitavam de atendimento especial. Assim, as inspetoras de provas, acompanhadas de dois policiais federais, abriram os lacres para fazer a divisão dos testes.

Reclamação

Além disso, participantes do concurso reclamam do deferimento de duas inscrições apenas dois dias antes da avaliação. O juiz auxiliar da presidência do TJ, Fernando Antônio Prazeres, informou que, nos dois casos, houve problemas no registro de pagamento das inscrições dos candidatos por parte da Caixa Econômica Federal. Um dos pagamentos foi confirmado, mas o outro candidato ainda depende de confirmação para ter sua inscrição deferida.

Ainda há a reclamação de candidatos de que uma professora de cursinho preparatório teria participado como fiscal de provas. Prazeres afirma que não tinha sido comunicado dessa denúncia e que não saberia informar se há impedimento da participação da professora como fiscal.

MAIS DE 65 MIL

pessoas se inscreveram no concurso público para preencher 160 vagas de técnico judiciário no Tribunal de Justiça do Paraná.

Interatividade

Você fez o concurso? O que você acha desse impasse envolvendo a prova?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

ANÁLISE

Especialista afirma que desembargador precisava ter se afastado da presidência do concurso

O presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Luciano Elias Reis, afirma que qualquer um dos indícios de irregularidade investigados no concurso do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) pode levar à suspensão e até à anulação do certame.

Para ele, apenas com o deferimento da inscrição da filha do desembargador Francisco Pinto Rabello Filho, que presidiu a comissão do concurso até segunda-feira, o magistrado já teria que se declarar impedido e sair da comissão. Segundo ele, a permanência fere os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, que norteiam a administração pública.

“Os argumentos dele [de que não tinha conhecimento da inscrição da filha no concurso] terão que ser considerados, mas sempre fica a dúvida para os demais candidatos”, diz. Conforme Reis, as outras suspeitas também podem pesar sobre a investigação do Ministério Público. “Todo e qualquer vício que possa macular a isonomia do certame são gravíssimos”, aponta. (KB)

“Todo e qualquer vício que possa macular a isonomia do certame são gravíssimos.”

Luciano Elias Reis, advogado.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

» 1ª INSTÂNCIA

Servidores da Justiça farão paralisação

Luan Galani

Os servidores de primeira instância da Justiça do Paraná anunciaram que vão interromper os serviços das 12 às 19 horas da próxima segunda-feira. A decisão foi tomada ontem em reunião do Comando de Mobilização do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR), após negociação frustrada com o Tribunal de Justiça (TJ).

Estão dentro da categoria de servidores de primeira instância cerca de 4 mil pessoas, entre técnicos e analistas judiciários, escrivães, oficiais de Justiça, técnicos de secretaria e agentes de limpeza. Procurada pela reportagem, a assessoria de comunicação do TJ informou que ainda não tem um posicionamento sobre o assunto.

Os servidores reivindicam um aumento de 22%, além de igualdade salarial e isonomia das condições de trabalho. “Queremos a equiparação salarial com servidores de outras instâncias e melhores condições no ambiente de trabalho. Faltam mesas, máquinas, material de escritório e até servidores, o que não acontece com trabalhadores de segunda instância”, diz o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira.

Atualmente, como exemplifica Pereira, enquanto um técnico judiciário de primeira instância recebe pouco mais de R\$ 4 mil, um técnico de instâncias superiores ganha aproximadamente R\$ 5 mil. No dia 13 de maio, os servidores da Justiça do Paraná já haviam feito uma paralisação de uma hora nos atendimentos em diversos órgãos do estado.

24 MAI 2014

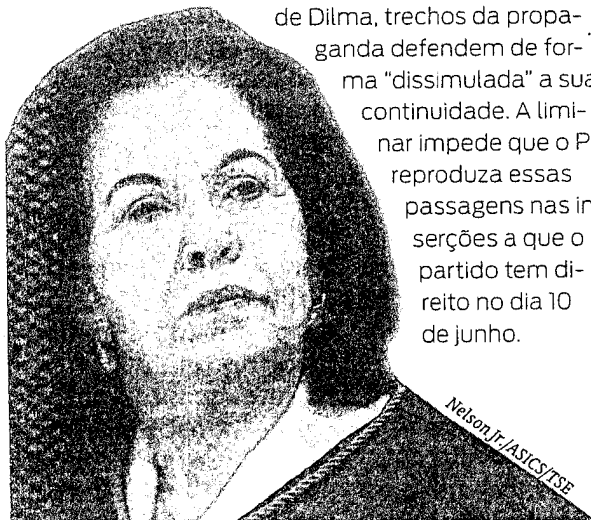
GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Fantasmas do passado

A ministra **Laurita Vaz (foto)** do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou pedido do PSDB para impedir a reprodução na televisão e no rádio de trechos do programa partidário do PT que faziam alusão à tentativa de "volta ao passado", numa crítica indireta a gestões tucanas. Em menos de um mês, é a terceira liminar que a ministra concede aos tucanos na batalha jurídica que travam para barrar propagandas dos petistas. Na ação, o PSDB argumenta que a abordagem empregada no programa teve "propósitos eleitoreiros para alavancar a popularidade" de Dilma. Relatora da representação, Laurita Vaz afirmou que, mesmo que todo o programa não leve à conclusão de que foi usado para me-

lhorar os índices de popularidade de Dilma, trechos da propaganda defendem de forma "dissimulada" a sua continuidade. A liminar impede que o PT reproduza essas passagens nas inserções a que o partido tem direito no dia 10 de junho.



Movo desembargador

O presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Telmo Cherem, convocou sessão do pleno para a próxima segunda-feira para tratar do preenchimento da vaga de desembargador existente. A vaga deixada pela aposentadoria do desembargador Paulo Roberto Hapner será preenchida pelo critério de antiguidade.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

STJ julgará na quarta ações da poupança

Ministros definirão se os bancos têm de pagar a diferença das perdas no rendimento das cadernetas causadas por planos econômicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima quarta-feira a retomada do julgamento das ações sobre perdas de rendimento de cadernetas de poupança, por causa de planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. O julgamento foi iniciado em dezembro do ano passado com as sustentações orais do Banco Central e dos advogados dos poupadores. No entanto, os ministros decidiram adiar a conclusão, para que o assunto seja definido de uma só vez. Há 390 mil processos parados em várias instâncias do Judiciário aguardando a decisão do Supremo.

O tribunal vai definir se os bancos têm de pagar a diferença das perdas no rendimento de cadernetas de poupança, causadas pelos planos Cruzado (1986), Bresser (1988), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). A principal ação em julgamento é a da Confederação Nacional do Sistema Financeiro, que pede confirmação da constitucionalidade dos planos econômicos. Os ministros do Supremo vão analisar também as ações dos bancos do Brasil, Itaú e Santander.

Na mesma ação, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) pede que os bancos paguem aos poupadores os prejuízos financeiros causados pelos índices de correção dos planos inflacionários. Segundo o procurador do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, o sistema bancário pode ter prejuízo estimado em R\$ 149 bilhões, caso o Supremo decida que os bancos devem pagar a diferença.

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, teria marcado o julgamento sem consultar os colegas, inclusive relatores dos planos. Internamente, ao menos quatro ministros demonstraram disposição em adiar o julgamento para depois das eleições.

Ele avaliam que a controvérsia e os impactos econômicos de uma decisão poderiam ser usados como armas na campanha eleitoral deste ano. De acordo com um deles, numa campanha que promete ser acirrada, o tribunal não deveria estimular polêmicas.

O Banco do Brasil (BB) informou ontem que a decisão proferida nesta semana pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dando ganho de causa aos poupadores, no recurso para discutir a incidência de juros de mora sobre ações civis públicas que tratam de correção monetária da poupança durante os planos econômicos, não surtirá efeitos imediatos. Isso porque, segundo o banco, deve-se aguardar a

publicação do acórdão, "sobre o qual o BB, dada a relevância da matéria, interporá os recursos cabíveis para obter pronunciamento definitivo dos Tribunais Superiores".

CONTINUA

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REPERCUSSÃO

Caso da poupança pode afetar bancos, diz agência de risco Fitch

Em relatório divulgado ontem, a agência de classificação de risco Fitch sinalizou com provável redução das notas dos bancos em caso de derrota no julgamento dos planos econômicos, previsto para a próxima semana. "Mesmo que o tempo, o tamanho e o impacto global de possíveis decisões sejam incertos, a Fitch reconhece que uma decisão contra os bancos pode resultar em pressões sobre sua solidez financeira", escreveu a agência.

O relatório se somou ao clima de incerteza provocado pelo julgamento e afastou investidores das ações dos bancos, acentuando as perdas na Bolsa na semana. Para o analista da XP Investimentos, Thiago Souza, a dificuldade em mensurar o tamanho real de uma possível perda para os bancos adiciona risco e

incerteza aos papéis do setor, deixando-os mais sujeitos a grandes oscilações nos próximos dias. "Temos tentado entender bem, mas está todo mundo um pouco confuso. Será um período de nervosismo", afirmou.

Só nesta semana, as ações do Itaú caíram 4,7%, as do Banco do Brasil 6,8% e as do Bradesco, 6,4%.

Mais um ingrediente nessa situação foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desta semana, que determinou que os cálculos dos juros nessas ações devem ser feitos a partir da data da citação, nos anos 1990, e não das execuções.

Essa decisão só terá efeito prático se, no julgamento do STF da semana que vem, as instituições financeiras sejam consideradas responsáveis por perdas dos poupadores com aqueles planos. Nessa hipótese, a decisão do STJ eleva o valor que os bancos terão de pagar aos poupadores.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

STF investiga Sarney

por crime financeiro

Senador teria recebido informação privilegiada ao sacar R\$ 2 milhões no Banco Santos um dia antes de o BC decretar intervenção na instituição

■ Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um inquérito que investiga suspeita de que o senador José Sarney (PMDB-AP) teria recebido informação privilegiada antes de resgatar R\$ 2 milhões aplicados em fundos do Banco Santos um dia antes de o Banco Central decretar intervenção na instituição financeira, em novembro de 2004. Ele responde por crime contra o mercado de capitais. O inquérito estava na Justiça Federal, mas foi transferido para o STF na última segunda-feira porque, como parlamentar, Sarney tem direito ao foro especial.

O relator do caso é o ministro Dias Toffoli. Na quinta-feira, ele enviou os autos para a Procuradoria-Geral da República, que dará um parecer sobre o assunto. Se opinar pela continuidade das investigações, o órgão poderá pedir diligências, como o depoimento do acusado e o pedido de informações a outras instituições para esclarecer melhor os fatos.

Sarney nega ter tido informações privilegiadas.

21 ANOS DE PRISÃO

foi a condenação do banqueiro Edemar Cid Ferreira, controlador do Banco Santos, por crimes como gestão fraudulenta, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Ele recorreu da sentença e continua em liberdade.

A ação que apura se o banqueiro Edemar Cid Ferreira cometeu crimes contra o sistema financeiro no Banco Santos tramitou na 6.ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo. O banqueiro já foi condenado a 21 anos de prisão por crimes como gestão fraudulenta, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, mas recorreu da sentença e continua em liberdade.

A parte da investigação contra Sarney foi proposta pelo Ministério Público Federal em São Paulo. Um dos indícios de que Sarney teria tido acesso a informações privilegiadas é a amizade próxima do senador com Edemar Cid Ferreira. Segundo testemunhas, o próprio banqueiro teria aconselhado o resgate do dinheiro.

Sarney já declarou que não teve informações privilegiadas e que isso foi referendado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

MP solicita afastamento de conselheiro do TC de SP

SÃO PAULO.
Folhapress

O Ministério Público (MP) pediu nesta quinta-feira à Justiça o afastamento do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-SP) Robson Marinho. A promotória alega que documentos obtidos por autoridades da Suíça comprovam que Marinho recebeu propina para ajudar a multinacional francesa Alstom em contratos com o governo de São Paulo e, por isso, ele não deveria permanecer no cargo de conselheiro.

O requerimento do Ministério Público aponta que as autoridades suíças apuraram que em 2013 uma conta da empresa Higgins Finance, cuja propriedade é atribuída ao conselheiro do TC e à mulher dele, tinha saldo de US\$ 3 milhões.

Vários documentos indicam que Marinho recebeu propina de 1998 a 2005, de acordo com a petição assinada pelos promotores Silvio Marques,

José Carlos Blat, Marcelo Daneluzzi e Saad Mazloum. Segundo a promotória, parte do suborno foi repassada pela Alstom a Marinho por meio da empresa estrangeira MCA, cujo ex-dono, Romeu Pinto Júnior, admitiu ter recebido valores da multinacional para pagar propinas. No seu depoimento à Promotoria, porém, Pinto Júnior não revelou os nomes dos beneficiários dos subornos. O pedido de afastamento de Marinho foi protocolado na 13ª Vara da Fazenda Pública.

Contratos

Marinho é investigado desde 2008 sob suspeita de ter recebido propina da Alstom para que a multinacional francesa conseguisse um contrato, sem nova licitação, para vender três subestações de energia elétrica para a Eletropaulo e para a Empresa Paulista de Transmissão de Energia (EPTE) por R\$ 181 milhões.

A compra ocorreu em 1998, quando Marinho, que havia sido o chefe da Casa Civil de Mário Covas (PSDB) de 1995 a 1997, já estava no TC. Marinho disse que esse contrato jamais foi julgado pelo TC e que o único processo da Alstom em que atuou foi o da extensão da garantia das subestações, em 2001.

JUDICIÁRIO

STF recebe processos da LavaJato

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem oito ações penais sobre a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga um suposto esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões, com ramificações em partidos como PT, PMDB e PP.

Os processos foram repassados pela Justiça do Paraná a pedido do ministro Teori Zavascki porque há indícios de envolvimento de congressistas. O ministro deve enviar as ações para manifestação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Não há prazo para que isso ocorra.

Após a posição de Janot, Zavascki vai avaliar se as ações continuam no Supremo ou se voltam para a Justiça do Paraná. A tendência é que o STF analise apenas a situação dos parlamentares, que têm foro privilegiado.

Zavascki determinou no início da semana a suspensão de todas as ações e inquéritos relativos à operação da PF por considerar que o juiz federal Sérgio Moro havia invadido a competência do Supremo ao manter a investigação na Justiça comum após aparecerem nas interceptações deputados federais como André Vargas (ex-PT), Luiz Argôlo (SDD-BA) e Cândido Vaccarrezza (PT-SP).

COLUNA DO LEITOR

Judiciário

"Dar aumento e privilégios para juízes é uma das modalidades para comprar sentenças futuras."

Thiago Melo, via Google+, sobre a elevação do salário de ministros do STF.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Toffoli concede liberdade a deputado preso pela PF

CUIABÁ

Das agências

■ A prisão preventiva do deputado estadual de Mato Grosso José Riva (PSD), que estava detido desde terça-feira no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, foi revogada ontem pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). O deputado, que responde a mais de uma centena de ações judiciais cíveis e criminais, foi preso pela Polícia Federal durante a quinta fase da Operação Ararath.

Segundo o advogado Rodrigo Mudrovitsch, Toffoli acolheu argumento da defesa de que, como se trata de parlamentar, Riva só pode ser preso depois de autorização da Casa Legislativa à qual pertence. A Procuradoria-Geral da República havia recomendado a prisão do deputado. A Operação investiga crimes de lavagem de dinheiro, fraudes financeiras e possível desvio de recursos públicos.

Repercussão

Mesmo preso em Brasília, o deputado foi aclamado durante os dois dias de um encontro dos prefeitos. A notícia de concessão de liberdade ao deputado foi recebida com aplausos pelos cerca de 140 prefeitos que participam do 31º Encontro de Prefeitos de Mato Grosso, no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá.

Riva é tratado pelos prefeitos como um grande “municipalista”. O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Valdecir Luiz, o Chiquinho do Posto, lembrou durante a abertura do evento uma lei que recebeu o nome de Riva, que destina 50% dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação para os municípios a partir de fevereiro de 2015. “Não há como deixar de homenagear esse que é o grande municipalista do estado”.

“Não há como deixar de homenagear esse que é o grande municipalista do estado.”

Valdecir Luiz, presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, aclamando o deputado investigado pela PF.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Brasil não desata nó trabalhista e discussões judiciais se acumulam

Com a reforma parada no Congresso há mais de 10 anos, ações na Justiça têm se multiplicado. Terceirização é um dos pontos polêmicos

Cristina Rios

O Brasil não conseguiu avançar na reforma trabalhista e dá sinais de que esse nó não será desatado tão cedo. De um lado, os setores empresariais pressionam pela flexibilização. Do outro, os sindicatos não querem ouvir nem falar em mudanças.

O projeto de reforma trabalhista, de autoria do deputado Sandro Mabel, tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados há quase 5 mil projetos sugerindo mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – que vão desde a obrigatoriedade da empresa pagar teste de pró-tata para funcionários a partir de 40 anos, até a regulamentação das horas extras. Uma centena de profissões aguarda regulamentação.

Para analistas, independente de que lado se está, é

necessária a modernização da legislação trabalhista. “A CLT é como uma velha senhora, respeitável, mas que precisa de uma aula de informática”, diz o advogado Cesar Luiz Pasold Júnior, diretor do Instituto Brasileiro de Governança Trabalhista (IBGT).

Com a reforma à deriva, o número de ações na justiça tem multiplicado, principalmente quando o assunto é terceirização de mão de obra. O Brasil proíbe a terceirização da chamada atividade-fim, ou seja, a relacionada ao “coração” do negócio. Em setores mais complexos, a dificuldade em definir o que é atividade principal gerou um mar de processos. Empresas de telefonia, como Vivo, Oi e TIM, que possuem call center, travam constantes brigas judiciais para evitar que tenham de contratar funcionários terceirizados das centrais.

Jurisprudência

Recentemente, o Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região (TRT9) estipulou prazo para a Companhia Paranaense de Energia (Copel) rescindir contratos de 5,6 mil empregados terceirizados que atuam em serviços de geração, distribuição e manutenção de energia elétrica.

Uma estimativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) dá conta que entre 30% e 40% dos processos que chegam à corte trabalhista atualmente são relativos a discussões sobre a terceirização da mão de obra.

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o caso envolvendo uma empresa de celulose, reconheceu a chamada repercussão geral do assunto e definiu que a corte definirá se essa modalidade será válida ou não para o Brasil. Até lá, as ações semelhantes que correm em instâncias inferiores não poderão ser julgadas.

De acordo com Pasold Júnior, houve um radicalismo da Justiça ao implantar novas súmulas, que engessam mais do que a própria lei. Para ele, a reforma precisa contemplar questões como terceirização, jornada de trabalho, trabalho em casa, intervalo de atividades e flexibilização dos períodos de férias.

CONTINUA

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COLCHA DE RETALHOS

Para a professora de economia do trabalho Angela Welters, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a questão central da legislação trabalhista não está no peso da carga tributária e nos benefícios sociais. "Mas na quantidade de leis e projetos para reger esses direitos. A legislação precisa ser repensada e organizada de maneira a simplificar sua aplicação", acrescenta. Para ela, as mudanças na lei ocorrem muito mais para resolver problemas que tomam grandes proporções do que para organizar de forma definitiva as relações – o exemplo mais recente foi o da regulamentação da profissão de doméstica.

ENTRAVE

Legislação atual faz Brasil perde competitividade, diz estudo

A ausência de uma reforma trabalhista é um dos fatores que afeta a competitividade do país. Em 2013, o Brasil caiu quatro posições no Índice de Competitividade Mundial 2014 (World Competitiveness Yearbook - WCY), divulgado em parceria entre o Institute for Management Development

(IMD) e a Fundação Dom Cabral. O país agora ocupa o 54.º lugar, somente à frente de Eslovênia, Bulgária, Grécia, Argentina, Croácia e Venezuela. O estudo, que avalia 60 países, mostra que em quatro anos o Brasil perdeu 16 posições.

Houve piora no ambiente de negócios, pressionado pela baixa produtividade do trabalho, pela pouca qualificação da mão de obra e pela falta de

reformas, como a simplificação da legislação trabalhista. Para o professor de economia Judas Tadeu Grassi Mendes, diretor presidente da Estação Business School, ainda falta vontade política para fazer a reforma trabalhista.

"O trabalhador brasileiro ganha pouco e custa caro", diz, ao citar o cálculo realizado pelo ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que mostrou que, a

cada R\$ 1 gasto com o trabalhador, são pagos R\$ 2 em encargos. Os sindicatos contestam esse cálculo. Para o advogado Cesar Luiz Pasold Júnior, especializado na área, a quantidade de processos na Justiça tem ajudado a criar também um custo invisível para as empresas. "As súmulas são retroativas, o que em geral aumenta custos. Isso também cria uma instabilidade jurídica", afirma. (CR)

PART-TIME

O governo federal deu sinal verde para comércio e sindicatos fecharem um acordo para a regulamentação do trabalho part-time, que permite a contratação de funcionários para apenas alguns dias da semana, à noite, ou nos sábados, domingos e feriados. O pedido foi feito pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que reclama que a legislação atual dificulta a contratação de funcionários para períodos curtos de trabalho. O varejo propõe que no mínimo 70% do contingente do trabalho faça jornada semanal de 44 horas. Os sindicatos querem um percentual maior.

24 MAI 2014

GAZETA DO POVO

MP-SP apura fraudes em contratos de rodovias

SOROCABA

Agência Estado

Um inquérito civil aberto pelo Ministério Público (MP) de São Paulo apura fraudes em contratos de licitações que podem ter dado a 12 concessionárias de rodovias do estado R\$ 2 bilhões em ganhos indevidos. De acordo com o promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social, Saad Mazloum, o aumento ilegal da margem de lucro foi obtido mediante prorrogação dos prazos das concessões baseada em projeções superestimadas de perdas supostamente sofridas pelas empresas e em cálculos superfaturados dos tributos a serem recolhidos. Segundo ele, o negócio causou grande prejuízo ao erário.

Em nota divulgada na quinta-feira, o MP informou que o inquérito civil foi instaurado em 2013, com base em representação que noticiava a "vantagem indevida" obtida pelas concessionárias na renegociação dos contratos. Os aditamentos ocorreram durante a gestão do então secretário de Transportes, Dario Rais Lopes, que é citado no inquérito. Também é investigada a gestão de Ulysses Carraro, então diretor-geral da Agência de Transportes do

Estado de São Paulo (Artesp).

São citadas na investigação as concessionárias Vianorte, Autovias, Centrovias, Intervias, do grupo Arteris; Autoban, SPVias e Viaoeste, do grupo CCR; Triângulo do Sol, Tebe, Colinas, Ecovias e Renovias.

Pedágios

A Artesp informou, em nota, que os aditamentos objeto de investigação pelo MP não causaram impacto nas tarifas de pedágio. Segundo a agência, os aditivos mencionados no inquérito foram assinados em dezembro de 2006. No trabalho de regulação e fiscalização, foram identificadas inconsistências nas formalizações dos 12 aditivos aos contratos naquele período. Junto com a contratação da Fipe para revisar os aditivos, a Artesp abriu processos administrativos de invalidação dos mesmos.

O Grupo CCR informou que continua à disposição do poder público para quaisquer esclarecimentos. O Grupo Arteris informou que ainda não foi notificado. A Colinas respondeu que não foi notificada e que os aditivos seguem os critérios estabelecidos na licitação, no contrato de concessão e na lei. Essa também foi a informação repassada pela Triângulo do Sol.

As concessionárias Ecovias e Renovias não comentaram a investigação. A Tebe não deu retorno. O ex-secretário Dario Rais não foi localizado. Ulysses Carraro foi contatado por e-mail, mas não deu retorno.

GAZETA DO POVO

O linchamento e nós

24 MAI 2014

Crescem casos de violência coletiva, bruta e irracional, atualização urbana da Lei de Talião. O estado das coisas mostra que é hora de pensar no assunto

Eis que o linchamento se tornou o assunto do noticiário. Algumas vítimas ganharam o alto das páginas: Fabiane Maria de Jesus (Guarujá, SP); Mauro Rodrigues Muniz (Araraquara, SP); Hugo Neves Ferreira (Campo Grande, MS)... Houve casos em Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ), Itajaí (SC), Teresina (PI), Natal (RN). O episódio do Guarujá, em particular, trouxe a explosiva mistura de boato, uso das redes sociais e acusação de magia negra. Não foi um ponto fora da curva. A lista de mortos em rituais cheios de som e fúria não para de crescer, colocando o país diante de mais de um de seus muitos problemas jogados para debaixo do tapete. Sim — o verbo “linchar” é conjugado por aqui faz mais tempo do que se pode imaginar. Não é tudo: algo sobre o Brasil ronda esse fato.

Para a turma que faz a ronda policial nos veículos de imprensa, o linchamento beira a banalidade. As ameaças de linchamentos e os ataques de fato aparecem com insistência nas apurações, mas são subnotificados. O motivo é difícil de explicar, mas se pode dizer que pesa sobre o linchamento um tabu semelhante ao que ronda o suicídio. Noticiar tende a ser pior do que não noticiar. Soa como estímulo, quando não um repasse para o leitor de um problema que escapa a ordem pública.

Nas Ciências Humanas, o assunto desperta pouco interesse. Os pesquisadores não se identificam com o assunto, talvez pelo caráter apolítico que carregam, talvez por escaparem ao que se entende por movimento social. Honrosa exceção, o sociólogo José de Souza Martins, professor de Sociologia do Cotidiano, na USP, desponta como a maior autoridade brasileira na questão. Merece destaque também a controvertida pesquisa *A cabeça do brasileiro*, do sociólogo carioca Alberto Carlos Almeida, publicada em 2007. Para surpresa geral, Almeida reservou um capítulo de sua obra para o linchamento. Na média, 40% dos entrevistados se mostraram favoráveis a alguma prática de justiça informal. Outra: ao contrário do que se esperava, levantamento mostrou haver pouca relação entre descrença na polícia ou na Justiça e apoio aos linchamentos.

Os dados são estimulantes o bastante para sugerir que mais estudos sobre linchamentos devam ser feitos — de modo a garimpar seus significados, apurar os dados e, como sugere o sociólogo José de Souza Martins, fugir da justificativa fácil de que o linchamento é proporcional à insatisfação de um grupo social com o “estado das coisas”. Os justicamentos, e suas causas, precisam ser colocados em comum, de modo a entender que, na hora em que acontecem, já se deram, de mil e uma maneiras menos drásticas e mais sutis. Embora pouco explorado, o linchamento nas redes sociais figura entre as maiores evidências de que há uma sociedade capaz de punir, machucar, difamar, agir sem provas. E não causaria espanto se algum estudioso encontrasse uma linha direta entre essas manifestações. Se os meios são extensões do homem, como dizia Marshall MacLuhan, a internet tem mais a ver com o linchamento do que poderia prever a vã filosofia.

É questão cheia de labirintos, com especificidades regionais e grande desafio, como bem mostram os estudos de Martins. O sociólogo documentou mais de 2 mil casos, sendo 500 de forma sistemática. Ele estima que 500 mil brasileiros, nos últimos 50 anos, participaram de tentativas ou de linchamentos propriamente ditos. Em paralelo, oferece comparações entre os linchamentos verificados nos Estados Unidos — onde são mais raciais e rurais — e no Brasil, de modo a reforçar o que há de próprio em nosso território. O linchamento entre nós nasce da desagregação, das condições precárias da vida urbana e tem a ver com medo das mudanças. Habita o “lado mais oculto do nosso imaginário”, como diz o pesquisador, mostrando-se de forma confusa — é a afirmação de uma ordem por meio da desordem, da moralidade pela imoralidade, da regra pela autoridade bruta. É capaz de ser protagonizada por anônimos violentos, mas também por pacatos cidadãos, que em nada se aproximam do grito “lincha, tarado”, citando aqui o famoso livro de Dalton Trevisan.

Nos últimos tempos, o fenômeno corre em paralelo a outros, a exemplo do aumento de saques e quebras-quebras. Ganhou um aterrorizante caráter popular, mas com contornos de irracionalidade em escala industrial. Não pede que o crime seja punido, ou que haja mudanças. Antes, apregoa a vingança, a crueldade; como se com essas armas pudesse reconstruir moralmente a nação. Saídas? Para o professor Rodrigo Ghiringhelli, da PUC-RS, é preciso reduzir os virais que geram tanta confusão nas redes sociais e melhora nos sistemas de checagem policial. Outra estratégia seria a pronta administração de conflitos, via juizados especiais, promovendo a sociedade da paz.

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Lava Jato e caso Ezequias mostram como o foro especial atrasa a Justiça

Discussões judiciais sobre o assunto provocam atrasos em investigações e julgamentos que envolvem autoridades

Katna Baran

■ Duas decisões judiciais da semana que passou mostraram como o foro privilegiado de autoridades provoca atrasos no andamento de investigações criminais e nos julgamentos da Justiça.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki suspendeu a investigação da Operação Lava Jato e requisitou todos os processos do caso, que estavam na primeira instância, porque três deputados federais são citados nos inquéritos da Polícia Federal (PF) — André Vargas (sem partido-PR), Luiz Argôlo (SDD-BA) e Cândido Vaccarezza (PT-SP). A operação investigava as relações do doleiro Alberto Youssef com políticos, dentre outros casos.

Já o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), após quase um ano de análise, decidiu que o secretário estadual do Cerimonial e Relações Internacionais, Ezequias Moreira, acusado de ter se apropriado de dinhei-

ro da Assembleia Legislativa no caso que ficou conhecido como escândalo da sogra fantasma, tem direito a foro privilegiado. Durante esse período, o julgamento dele ficou suspenso.

Direito problemático

O foro privilegiado é um direito constitucional que prevê que determinadas autoridades devem ser julgadas apenas por colegiados quando são acusadas de crimes. Foi instituído para proteger ocupantes de cargos importantes de perseguições políticas locais, que pudessem ser praticadas por juízes de primeira instância.

Mas o direito vem causando entraves às investigações criminais e aos julgamentos da Justiça. Quando uma investigação “esbarra” em um político, tudo tem de ser suspenso até que o órgão judicial competente para julgá-lo decida o que fazer com o processo: se fica com todo o inquérito ou se desmembra a parte referente à autoridade e remete de volta o restante para a primeira instância. É essa a atual situação da Lava Jato, porque o foro de julgamento dos deputados federais é o STF.

Especialistas afirmam, porém, que não há critérios para o desmembramento nesses casos. “Deve haver uma definição mais clara de como fica a divisão de processos que

envolvem pessoas com e sem foro”, diz o professor da FGV Direito Rio, Thiago Bottino. E tudo isso leva tempo, atrasando as investigações.

Outro problema ocorre quando o político perde ou ganha o foro privilegiado. Toda vez que isso ocorre, o foro de julgamento, em tese, tem de mudar de instância judicial — o que atrasa a conclusão do processo.

Foi o que ocorreu com Ezequias Moreira. No ano passado, ele foi nomeado secretário estadual, cargo que lhe dá foro especial no TJ. O Judiciário paranaense levou quase um ano para decidir se ele tinha direito ao benefício ou se deveria continuar respondendo na primeira instância. Se Ezequias se demitir do cargo, porém, o caso volta ao primeiro grau.

Burocracia

“O processo jurídico brasileiro já é burocrático. Nesses casos [de avaliação do foro privilegiado], é o dobro”, diz o professor de Direito da PUCPR e desembargador federal aposentado Vladimir de Freitas. Ele aponta como obstáculos a falta de preparação de desembargadores e ministros de tribunais superiores para investigar crimes, o que resulta em atrasos de uma decisão final.

CONTINUA

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

“A lei [do foro privilegiado] foi mal concebida e o Judiciário não se vê instrumentalizado para levar a cabo uma investigação como ela deveria ser feita”, diz o promotor Mário Ramidoff.



Envolvimento de Vargas levou a Lava Jato ao STF.



Ezequias: quase um ano para decidir se tem foro.

LEGISLATIVO

Congresso tem vários projetos para acabar com o benefício

O foro privilegiado é adotado no Brasil desde a Constituição de 1891. Porém, há no Congresso Nacional diversas propostas de emenda constitucional (PECs) para limitar ou até mesmo acabar com o direito concedido às autoridades políticas, jurídicas e membros do Ministério Público. Muitas das propostas, no entanto, estão paradas. Uma delas, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2005, ganhou parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no mês de março. Especialistas consultados pela reportagem consideram difícil que ocorram mudanças, pois isso depende dos senadores e deputados, que também são beneficiados pelo foro espe-

cial. “É mais realista aprender a lidar com esse sistema”, diz o professor Thiago Bottino, da FVG Direito Rio. Segundo ele, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal têm defendido a criação de uma vara especializada em julgar autoridades com foro especial. O promotor Mário Ramidoff diz que, dentre as mudanças no Código de Processo Penal em discussão, está a criação do “juiz das garantias” – que atuaria apenas na fase de investigação policial, conferindo maior celeridade aos processos. Já o professor de Direito da PUCPR Vladimir de Freitas acredita que a melhor solução seria restringir o foro privilegiado às três autoridades máximas do país ou, ao menos, para processos em que a autoridade pública cometa um crime relacionado ao exercício da função. (KB)

CONTINUA

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Decisões do STF sobre o tema têm sido contraditórias

Euclides Lucas Garcia

“O STF [Supremo Tribunal Federal] quer ser, ao mesmo tempo, um Tribunal de Justiça e uma corte constitucional. Isso não tem cabimento.” A afirmação de Romeu Bacellar Filho, professor da UFPR e membro catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional, externa o sentimento de boa parte dos advogados e juristas do país. Para eles, decisões como a do ministro Teori Zavascki em relação à Operação Lava Jato sobrecarregaram ainda mais o STF, que já sofre com a quantidade enorme de processos. E, além disso, desvalorizam o trabalho da 1.ª instância, que conhece muito mais a fundo os casos investigados.

O desmembramento — ou não — de processos envolvendo autoridades com direito a foro privilegiado tem externado as contradições entre os atuais 11 ministros do Supremo. Em 2009, a corte decidiu desmembrar a ação do mensalão mineiro, que envolvia o então senador Eduardo Azeredo (PSDB) e outras 14 pessoas sem direito a foro. Três anos depois, no entanto, ao julgar o caso do mensalão do PT, optou-se pelo não desmembramento do processo, apesar de apenas 3 dos 38 réus exercerem, à época, mandato de deputado federal.

Recentemente, em fevereiro deste ano, ao julga-

rem um inquérito envolvendo o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), os ministros, por proposição de Luís Roberto Barroso, concordaram que o desmembramento de processos deve passar a ser regra geral em casos de prerrogativa de foro. Ou seja: só as autoridades devem ser julgadas pelas cortes superiores; os demais réus do mesmo processo têm de ser julgados na 1.ª instância. Para ele, o não desmembramento só deve ocorrer quando os fatos investigados estejam tão relacionados que julgá-los separadamente seria muito prejudicial.

Para o jurista Luiz Edson Fachin, professor da UFPR e membro da Academia Brasileira de Direito Constitucional, passava da hora de o Supremo estabelecer esse marco. “O STF já está recheado de casos que, a rigor, desnaturam o conceito de corte constitucional que deveria ter”, diz. “Até porque é fundamental valorizar a Justiça de 1.º grau, que conhece melhor o processo.”



Barroso: proposta para unificar o entendimento.

VOTO ANTERIOR

O ministro do STF Teori Zavascki recebeu na sexta-feira toda a investigação da Operação Lava Jato — que, até então, era comandada pela Justiça Federal do Paraná. Com base nos documentos, ele vai decidir se os inquéritos e ações penais serão ou não desmembrados, já que citam o envolvimento de três deputados federais. Baseando-se em um voto anterior, é possível projetar — mas não garantir — que há grandes chances de Zavascki desmembrar o caso. Foi assim que ele decidiu no recente julgamento do inquérito do deputado federal Arthur Lira (PP-AL). (ELG)

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

No interior do PR, faltam profissionais para resolver as violações ao ECA

Equipes dos Creas têm de contar com escolas, unidades de saúde e conselhos tutelares para acompanhar a recuperação das vítimas

LONDRINA

Antoniele Luciano

A estrutura para acompanhar casos de violência envolvendo crianças e adolescentes não cresce na mesma velocidade com que surgem novas vítimas em busca de atendimento no interior do estado. A cargo dos chamados Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas), as situações de agressão física ou psicológica, negligência, abuso e exploração sexual são tratadas nas maiores cidades do Paraná por psicólogos, pedagogos, educadores e assistentes sociais em número ainda aquém das denúncias registradas.

Em Londrina, são 17 profissionais para atender a uma demanda de 1,2 mil casos, sendo a maioria, o equivalente a 58%, relacionada à violência sexual. A média é de 70 casos para cada especialista. Na região Centro-Oeste, o Creas de Cascavel tem uma equipe de

oito profissionais para assistir 280 crianças e adolescentes. Nas demais cidades, a situação é semelhante. Em Ponta Grossa, são 354 casos aos cuidados de cinco profissionais, enquanto em Maringá 12 profissionais para atender 280 situações ativas.

É contando com outros agentes importantes na proteção da infância e da adolescência — conselhos tutelares, unidades básicas de saúde e escolas — que essas equipes conseguem avançar no trabalho. Segundo a secretária de Assistência Social de Londrina, Tércia Lamônica, embora seja o Creas que conduza um caso de violência infantojuvenil quando ele chega ao poder público, outras áreas, como a saúde, são acionadas conforme a necessidade — uma unidade de saúde pode orientar sobre a profilaxia para evitar doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo. “Entendemos a dimensão do nosso trabalho e estamos dando passos no planejamento para criar novos cargos, aumentar o número de profissionais”, diz a secretária.

O acompanhamento familiar só é encerrado quando se verifica que a vítima está protegida. Em média, o atendimento pode durar cerca de um ano. “Se houver um sofrimento psicológico muito forte, fazemos um encaminhamento clínico”, acrescenta a coordenadora do Creas de Londrina, Adriana Aparecida dos Santos.

Inclusão

O serviço de atendimento oferecido pelos municípios também procura fazer a inclusão das famílias em programas sociais, comenta a assistente social Eliane Dantas, do Creas de Maringá. “Se a mulher fez a denúncia em relação ao marido, será preciso trabalhar com ela e a criança, para que a mãe continue dando conta da dinâmica familiar. Ela necessita de orientação, às vezes até mudar de residência e educação em tempo integral ou parcial”, diz.

Em Cascavel, a maior parte das demandas envolvendo crianças e adolescentes vem por meio dos conselhos tutelares locais. Os psicólogos e assistentes sociais disponíveis fazem intervenções nas famílias. “Já os pedagogos realizam atividades preventivas com toda a rede de serviços, ministrando palestras à comunidade”, assinala Roseli Brustoli, que coordena o Creas na cidade.

Ainda de acordo com ela, vítimas e suas famílias são inseridas no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) e encaminhadas, se necessário, para órgãos como o Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NA MÃO DO PODER PÚBLICO

25 MAI 2014

Equipes de profissionais dos Creas do interior do estado ainda são pequenas perto dos casos crescentes de violação dos direitos da criança e do adolescente. A maioria deles são de abuso ou exploração sexual.

município	casos ativos	casos de violência sexual	% de casos de violência sexual	profissionais atendendo ¹	casos por especialista ²
Londrina	1.216	706	58	17	71
Ponta Grossa	359	³ 179	50	5	71
Maringá	280	157	56	12	23
Cascavel	280	34	12	8	35

¹ Em equipes municipais de atendimento. ² Psicólogo, pedagogo, educador social, assistente social. ³ Em Ponta Grossa, estimativa do município é que este seja o número mínimo de registros de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. Ainda falta levantamento completo.

Fonte: Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas). Infografia: Gazeta do Povo.

AJUDA IMPORTANTE

Núcleo da UEL oferece assistência jurídica para vítimas

Casos de violência infantil registrados em Londrina podem receber atendimento jurídico gratuito. O serviço é oferecido às famílias por meio do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (Neddiji), criado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, segundo a coordenação, há cerca de 400 processos ativos e uma média de 30 ações ajuiza-

das por mês, além de nomeações.

O requisito principal para atendimento familiar é estar inserido em situação de risco ou violência. A equipe do Neddiji atua orientando os assistidos na busca pela garantia de direitos, como pensão e guarda dos filhos. A aposentada Maria, nome fictício, recorreu ao núcleo depois que os quatro netos foram retirados do convívio do filho e da nora dela, acusados de negligência. Duas das crianças, uma de 6 e outra de 3 anos de idade, estão morando provisoria-

mente com a avó, enquanto um casal de gêmeas ainda bebês, vivem com o tio. Desde que passou a morar com os netos, há quatro meses, Maria teve de deixar o trabalho como vendedora e se dividir entre os cuidados com os pequenos e as tarefas domésticas. Ela diz que vem contando com apoio de assistentes sociais do Neddiji e do Creas. "Me colocaram no Bolsa Família, arranjaram vale-compras e passagens", relata. Ela espera obter a guarda definitiva das crianças nos próximos meses.

Redes precisam ser fortalecidas, diz conselho municipal

O fortalecimento das redes de apoio à criança e ao adolescente e de ações preventivas é o caminho para evitar o avanço da violência contra este público, defende a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Londrina, Nanci Skau Kemmer de Moraes. Ela

avalia que ainda se fala pouco sobre o assunto, em especial sobre casos de abuso sexual. "A violência sexual é velada. É preciso trabalhar isso com as crianças em rodas de conversa, histórias, de maneira lúdica", afirma.

Para Nanci, o alto índice de violência intrafamiliar mostra que no Brasil ainda há uma cultura equivocada de que os filhos estão submetidos à vontade dos pais e da subjugação ao sexo masculino. "Diante de uma situação de opressão, a mulher tem medo de perder o provedor denunciando", comenta. (AL)

"Não quer dizer que os Creas não devam atender vítimas de violência sexual, mas que a concepção de que o atendimento deve ser só repassado aos Creas é equivocada. Parte-se do princípio de que o problema é só da assistência social e não é."

CONTINUA

Murillo José Digiacomo, do Caentro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança, Adolescente e Educação do MP-PR.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO MP-PR defende mais equipes especializadas

25 MAI 2014

■ Nos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas) do interior do estado, a maioria dos casos atendidos envolvendo crianças e adolescentes tem ligação com violência sexual. Em Londrina, a prática abrange 58% das situações, em Maringá, 43%; e em Ponta Grossa, 50%. Este cenário, na opinião do procurador de Justiça Murillo José Digiácomo, responsável pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança, Adolescente e Educação, demanda atendimento especializado para atingir resultados mais satisfatórios. “O ideal é que houvesse uma equipe interdisciplinar específica para esta área, não só para o atendimento ocasional, mas sistemático também”, sugere.

Para Digiácomo, o fato de os Creas contarem com psicólogos e assistentes sociais não os habilita, de imediato, para o serviço prestado. “Não quer dizer que os Creas não devam atender vítimas de violência sexual, mas que a concepção de que o atendimento deve ser só repassado aos Creas é equivocada. Parte-se do princípio de que o problema é só da assistência social e não é”, assinala, ao comentar que em Florianópolis, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) obrigou o município a criar um equipamento público específico para esses casos.

Nos Estados Unidos, lembra ele, basta que os profissionais envolvidos tenham habilitação para lidar com casos de abuso sexual, ao invés de serem psicólogos ou assistentes sociais. “O que vemos é que, para isso, ainda falta compromisso com o cumprimento das leis e da Constituição Federal, que colocam a criança e o adolescente como prioridade absoluta. E isso é incompatível com falta de estrutura”, salienta. (AL)

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Uma vida dedicada à adoção

Felippe Aníbal

ENTREVISTA

MÁLIA PAULIV DE SOUZA,
fundadora do Grupo de Apoio
à Adoção Consciente

Hália Pauliv de Souza tornou-se mãe adotiva de duas meninas na década de 1970. Superou o preconceito que havia em torno da adoção. “Diziam que a adoção era caridade, para se ganhar um lugar no céu e que as crianças tinham sangue ruim”, relembra. Com décadas de experiência, a senhora de cabelos brancos se tornou uma militante do tema, com vários livros publicados. Também fundou o Grupo de Apoio à Adoção Consciente, que prepara pretendentes à adoção. Otimista, ela vê motivos de sobra para comemorar o Dia Nacional da Adoção, celebrado neste 25 de maio. No próximo fim de semana, o grupo promove, em Curitiba, o 5.º Encontro Nacional da Adoção.

O Paraná tem mais de 3,5 mil crianças em casas de acolhimento. Por que não se consegue encaminhá-las à adoção?

Perto de 10% das crianças abrigadas estão destituídas do poder familiar e podem ser encaminhadas à adoção. As demais têm família ou estão acolhidas como medida de proteção, pois têm pais dependentes químicos, sofriam maus tratos, violência física ou sexual. As instituições estão cheias, mas nem todas as crianças são “adotáveis”.



A senhora considera que tem havido demora das autoridades em destituir o poder familiar?

Há pouca gente da área técnica — como psicólogos — para muitos procedimentos. Mas a demora também garante segurança no procedimento. Se a gente faz um processo a toque de caixa, a mãe biológica pode se arrepender. E daí? Vai tirar a criança da família adotiva?

Mas com isso as crianças envelhecem e as chances de adoção diminuem...

É muito difícil para a criança. A lei exige rapidez, mas nem sempre isso é possível. Temos o lado da criança, que cresce nos abrigos, e o lado da Justiça, que precisa fazer um trabalho bem feito. Ninguém quer segurar uma criança numa instituição.

Como sensibilizar os adotantes a optarem por crianças que não sejam mais bebês ou que já sejam adolescentes?

O nosso grupo e a equipe técnica do Judiciário têm feito

um trabalho muito forte no curso de preparação para reverter esta barreira cultural.

Ainda existe muito preconceito em torno da adoção?

Sutilmente, ainda existe. Numa matéria de jornal, por exemplo, ainda se diz “filho adotivo de fulano fez tal coisa”. Nunca se diz “filho biológico fez”. Mas antigamente era escancarado. Diziam que a adoção era caridade, para se ganhar um lugar no céu e que as crianças tinham sangue ruim.

Nós temos motivos para comemorar o Dia Nacional da Adoção?

Temos. Eu fui mãe adotiva nos anos 1970 e a realidade era outra. Tinha preconceito, não havia preparação dos pretendentes. Com a atualização da lei, em 2009, melhorou muito. Nessa data se motiva as pessoas a pensarem sobre a adoção e se estimula as famílias a pensarem se, no seu coração, tem um lugarzinho para mais um filho.

Os abrigos estão cheios, mas nem todas as crianças são “adotáveis”

Serviço

Informações sobre o 5º Encontro Nacional de Adoção no site www.adoacaoconsciente.org.br

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Setor público em ritmo de Copa

Serviços governamentais vão funcionar em horário reduzido durante os dias de jogos da seleção brasileira e das partidas disputadas em Curitiba

Taiana Bubniak

Falta pouco mais de duas semanas para o início da Copa do Mundo e ainda não há plena definição sobre como vão funcionar os serviços públicos em Curitiba e no Paraná nos dias de jogos da seleção brasileira ou quando as partidas forem disputadas na cidade. No entanto, a maioria das instituições governamentais já regulamentou ou vai definir horários reduzidos de atendimento ao público — o que deve gerar um período de cerca de duas semanas de serviços reduzidos. Quem precisa de algo do poder público, portanto, precisa se programar.

A prefeitura e a Câmara de Curitiba devem funcionar em meio expediente nos dias de jogos na cidade. As repartições do Ministério Público Estadual (MP) que estão na capital e na região metropolitana também funcionarão só parte do dia.

No governo estadual, ainda não há uma regulamentação sobre o atendimento ao público. O mesmo ocorre com a Polícia Federal. Os cartórios extrajudiciais ainda

aguardam uma determinação do Tribunal de Justiça (TJ-PR) para estabelecer o horário de funcionamento. O próprio TJ-PR, que terá a suspensão de expediente mais drástica, deve funcionar no regime de plantão, como nos fins de semana. Os prazos judiciais, porém, não devem levar em conta os dias de expediente suspenso.

Já a Assembleia Legislativa deve realizar as sessões plenárias dos deputados pela manhã nos dias de jogos da seleção brasileira ou em Curitiba. Já o expediente da Casa será encerrado às 13 h nesses dias.

Embora o atendimento ao público nos órgãos administrativos devam ficar prejudicados, os serviços essenciais — como saúde, limpeza pública e segurança — permanecem inalterados.

Feriadão

Durante a primeira fase da Copa, há um feriado religioso nacional, Corpus Christi, que cai numa quinta-feira (19 de junho). No dia seguinte, haverá jogo em Curitiba e alguns órgãos decretaram ponto facultativo. Na segunda-feira seguinte, dia 23, está marcado o terceiro jogo do Brasil pelo campeonato e também haverá partida na capital paranaense. É possível que, para este dia, o governo federal decrete feriado nacional. Assim, poderia ocorrer um feriadão de cinco dias.

A definição do horário de funcionamento dos órgãos públicos vale apenas até o dia 26 de junho — quando acaba a primeira fase do Mundial.

Caso a seleção brasileira avance na competição, serão definidos novos cronogramas de atendimento ao público.

Tranquilidade

Órgãos públicos que funcionarão em horário reduzido em geral argumentam que há a necessidade de tranquilidade nas ruas em dias de jogos da seleção brasileira e das partidas em Curitiba.

Para Denise Basgal, professora de gestão pública da Isae-FGV, a decisão é acertada. De acordo com ela, em dias de jogos da Copa, a procura pelos serviços administrativos é menor, por isso a medida é eficiente. “A busca por esse tipo de serviço, como alvarás, por exemplo, costuma ser antecipada ou adiada nessa época. Ainda que os órgãos optassem por manter o horário normal, haveria o risco de manter a estrutura e não ter demanda”, explica. No entanto, segundo a professora, é essencial que os serviços básicos permaneçam inalterados. “Aí haverá tranquilidade para a população.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

25 MAI 2014

AGENDA

CONTINUAÇÃO

Nem todos os órgãos sabem em qual horário vão trabalhar nos dias de jogos da seleção brasileira durante a Copa e quando as partidas forem em Curitiba. Em geral, haverá horário reduzido ou meio expediente na maior parte das entidades que oferecem serviços administrativos à população. Veja, no quadro, como está previsto o calendário durante a primeira fase do campeonato e programe-se:

	12/06 Jogo do Brasil	16/06 Jogo em Curitiba	17/06 Jogo do Brasil	20/06 Jogo em Curitiba	23/06 Jogo do Brasil Jogo em Curitiba	26/06 Jogo em Curitiba
Prefeitura de Curitiba	Aguarda decisão	8 h às 12 h	Aguarda decisão	8 h as 12 h	Aguarda decisão	8 h às 12 h
Câmara de Vereadores	Aguarda decisão	8 h às 12 h	Aguarda decisão	Ponto facultativo	Aguarda decisão	8 h às 12 h
Tribunal de Justiça	Suspensão de expediente em todas as repartições	Suspensão de expediente nas repartições de Curitiba e RMC	Suspensão de expediente em todas as repartições	Suspensão de expediente nas repartições em Curitiba e RMC	Suspensão de expediente em todas as repartições	Suspensão de expediente nas repartições de Curitiba e RMC
Ministério Público	8h30 às 12h30	8h30 às 12h30	8h30 às 12h30	8h30 às 12h30	8h30 às 12h30 em todo o estado Em Curitiba e RMC das 8 h às 12 h	8h30 às 12h30
Governo estadual	Expediente das 8 h às 13 h	Aguarda decisão	Expediente das 8 h às 13 h	Aguarda decisão	Expediente das 8 h às 13 h	Aguarda decisão
Instituto de identificação	Expediente até as 13 h	Atendimento normal	Expediente até as 13 h	Atendimento normal	Expediente até as 13 h	Atendimento normal
Justiça Federal	9 h às 15 h	Suspensão de expediente	8 h às 14 h	Suspensão de expediente	Suspensão de expediente	Suspensão de expediente

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

5 DIAS

da Copa poderão se transformar em feriadão prolongado: dia 19 de junho, uma quinta-feira, é Corpus Christi. E na segunda seguinte, há jogos do Brasil e em Curitiba.



Sede do TJ: Judiciário estadual terá a suspensão de expediente mais drástica durante a Copa.

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Duas centenas de mortes evitáveis

Levantamento dos casos de acidentes no trânsito de Curitiba prova que as tragédias estão associadas a comportamentos de risco

Katia Brembatti

Uma tragédia do tamanho do incêndio da boate Kiss aconteceu em Curitiba no ano passado. Tal qual na cidade gaúcha de Santa Maria, aqui a morte de duas centenas de pessoas também não foi uma fatalidade. Só dentro do perímetro urbano da capital, 226 pessoas morreram em acidentes de trânsito. Eram, em grande parte, jovens entre 16 e 30 anos, com a vida inteira pela frente.

Os acidentes de trânsito são previsíveis e, portanto, evitáveis. Eles estão atrelados a um conjunto de condutas de risco. O desrespeito à sinalização, como avanço de preferencial ou semáforo, foi o principal causador. Bebidas alcoólicas estavam comprovadamente presentes em um de cada quatro acidentes fatais. Mas o número pode ser muito maior porque muitos testes deixaram de ser feitos. E o perfil das colisões mostra predominância nos sábados à noite.

Os dados são decorrentes do trabalho de uma equipe que analisou cada umas das mortes no trânsito curitibano em 2013, para tentar impedir que mais tragédias aconteçam.

Policiais, peritos, médicos e técnicos de trânsito se reúnem todas as terças-feiras de manhã, na Secretaria Municipal de Saúde, em busca de respostas.

O levantamento mostrou que não é nas rodovias que cortam a capital e, sim, no trânsito das ruas que ocorre a maior parte dos óbitos. E assim como no caso de homicídio, são os homens que estão mais sujeitos à violência. Quase todo dia alguém morre no trânsito da capital — o recorde de 2013 foram dois períodos de uma semana sem óbitos.

Sem desculpa

Em países em que a “cultura do carro” também é forte, como Estados Unidos e Argentina, a população têm a metade do risco — em relação aos brasileiros — de morrer no trânsito: mais um indicativo de que os acidentes graves não são fatalidades. A cada três mortes em automóveis em Curitiba, uma envolve a ausência de uso de cinto de segurança. Foram 16 óbitos no ano passado em situações em que o dispositivo poderia, eventualmente, ter salvado uma vida.

A boa notícia é que o número de mortes diminuiu em relação ao ano anterior: foram 263 em 2012. Não há uma explicação fácil para a queda. Até mesmo o tráfego engarrafado pode ter contribuído para a redução.

A notícia triste é que, mesmo em declínio, os números curitibanos ainda estão bem acima de qualquer média aceitável. O trânsito

de cidades como São Paulo assusta, mas o de Curitiba é duas vezes mais violento quando comparado o número de veículos, segundo o Mapa da Violência no Trânsito. A chance de ter a vida interrompida é maior aqui. “Os índices curitibanos são terríveis”, resume Vera Lúcia Alves de Oliveira, que é uma das coordenadoras do grupo Vida no Trânsito, responsável pela análise dos óbitos.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO EM DETALHES

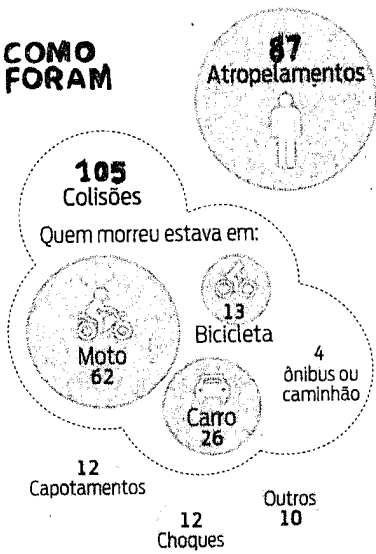
GAZETA DO POVO

Conheça as características dos acidentes fatais registrados em Curitiba no ano passado.

Em 2013, Curitiba teve
226 mortes no trânsito.
Foram 214 acidentes fatais; em 9 deles mais de uma pessoa foi morta.

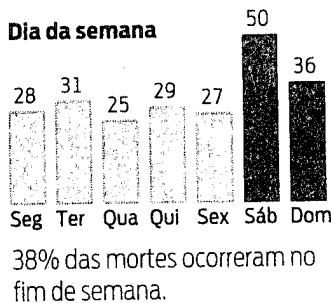
25 MAI 2014

COMO FORAM

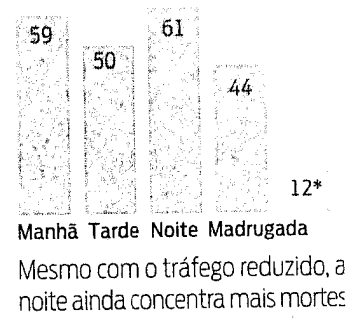


QUANDO ACONTECEM

Dia da semana

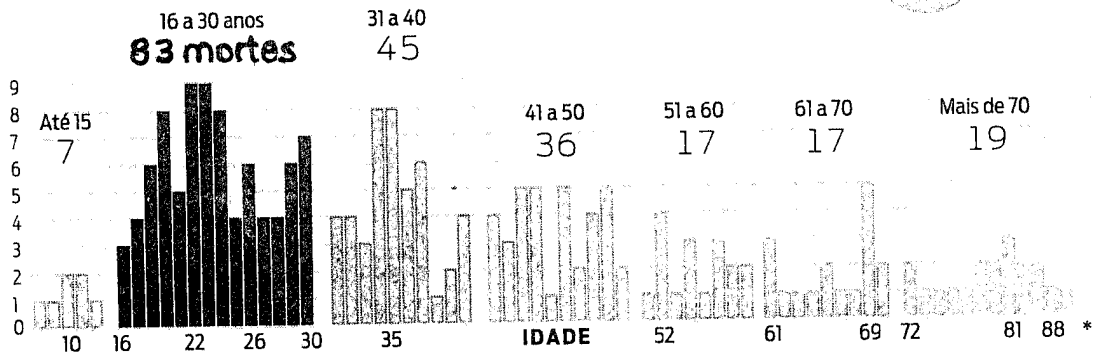


Período do dia



QUEM MORRE

Acidentes fatais por faixa de idade



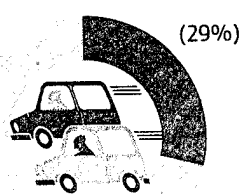
FATORES QUE CONTRIBUEM

Dos 214 acidentes, 182 (85%) tinham todas as informações disponíveis para uma análise mais completa. Nestes acidentes morreram 194 pessoas. Veja os fatores que mais contribuíram para essas mortes:

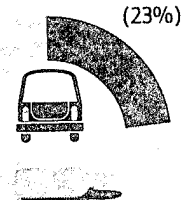
Desrespeito à sinalização



Velocidade



Álcool



*informação indefinida.

Fonte: Comitê de Análise de Acidentes de Trânsito – Projeto Vida no Trânsito. Infografia: Gazeta do Povo.

“Quem bebe e dirige com velocidade excessiva não pensa que pode causar um acidente e acabar com uma família”

Anelize Empinotti, que perdeu a família no dia da festa de formatura.

CONTINUA

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Depois da festa, a tragédia

No dia do acidente, Anelize Empinotti conversou com a mãe e a irmã sobre a violência nas ruas. Era a semana nacional do trânsito e ela acreditava que, por temor de fiscalizações extras, menos gente sairia bebendo e dirigindo. Estavam apreensivas, afinal de contas, voltariam para casa de madrugada. A preocupação era pertinente. Anelize nunca mais conversaria sobre amenidades com elas depois daquele dia. Logo após a festa de formatura, ela perdeu a mãe, a irmã e o filho em um acidente.

Alguns fatores foram primordiais para esse desfecho. Pela avenida Silva Jardim, Eduardo Victor Garzuze seguia em alta velocidade. Ele havia se envolvido em uma batida e fugia do local. Eram 4h40 de 22 de setembro de 2013. O carro em que estavam a costureira Lorena Araújo Camargo, 47 anos, a assessora jurídica Gabriele Empinotti, 23 anos, e Igor Empinotti de Oliveira, 9 anos, percorria a rua Alferes Poli. Era madrugada e o sinal vermelho foi ignorado. Mesmo usando cinto de segurança e com a abertura do airbag, os três morreram. Testes feitos no hospital apontaram que Garzuze tinha álcool no sangue. Os socorristas também registraram no prontuário médico que ele tinha "odor etílico".

Até hoje, Anelize não conseguiu buscar o álbum de formatura. Acredita que não está preparada. Ela faz acompanhamento psicológico para aprender a viver com a perda. Como parte do tratamento, se engajou em campanhas de prevenção de acidentes. Conseguiu o apoio de colegas na Cohapar, onde trabalha.

E no primeiro Dia das Mães depois da perda, errou a cabeça e participou de uma caminhada de conscientização. "Minha mãe ensinou que eu devia me preocupar com os outros. Quem bebe e dirige com velocidade excessiva não pensa que pode causar um acidente e acabar com uma família", diz. "Cada dia é uma luta. Não é fácil acordar e saber que o meu filho não está no quarto do lado", resume. O cômodo, fechado, guarda as lembranças do menino e também da mãe e da irmã.

Anelize avalia que falta fiscalização. Diz não ter visto blitz naquela noite. "Talvez ele [o motorista] tivesse sido preso ou o carro tivesse sido apreendido", comenta. Ela não vê o caso como uma fatalidade. "Chamo de irresponsabilidade." Mas não quer sentir raiva. Para Anelize, também a impunidade é um fator que contribui para que o motorista arrisque colocar em jogo vidas alheias. "Eu perdi tudo o que eu tinha". (KB)

GRAVIDADE

Impactos violentos matam a maior parte das vítimas no local

O caos que toma conta de ruas e rodovias no final de semana é tão conhecido pelos socorristas que o Siate tem reforço de equipes nas noites e madrugadas de sexta e sábado. Com 36 anos de experiência no atendimento de traumas, o médico Ricardo Sprenger Falavinha conta que vem aumentando também o número de acidentes nas quintas à noite e na tardinha de domingo. "A ocorrência do final de semana é mais grave, e o álcool é o motor", diz.

Falavinha também destaca que o "meio termo" sumiu. "Hoje, os acidentes de trânsito ou são batidas leves, sem muitas consequências, ou são gravíssimos, com sequelas ou mortes", conta. Os casos são tão violentos que quase a metade das vítimas fatais do trânsito em Curitiba morreu ainda no local do acidente. "A vacina para o trauma é a prevenção", acredita. O médico avalia ser desnecessário fazer novas leis. "Bastaria cumprir o que já está previsto e não teríamos tantas mortes." (KB)

"A ocorrência do final de semana é mais grave, e o álcool é o motor."

Ricardo Sprenger Falavinha, médico.

GAZETA DO POVO

ROSANE KOLOTELO

Sem verniz

25 MAI 2014

Rosane Kolotelo

Numa fração infinitesimal, o desprezo à vida e a incerteza definiram o herege para castigá-lo de forma brutal, assombrando Beccaria. Em vez de um rosto, imagens de crueldade no linchamento de uma mulher, suspeita de ter ligação com o sequestro de crianças para rituais de magia negra, no bairro de Morrinhos, periferia de Guarujá. Com a licença poética de João Bosco, de frente pro crime, está lá um corpo estendido no chão. Em vez de reza, praga da incivilidade humana e ações coordenadas servindo de amém. Libelos de sangue mesclados por delírios coletivos e loucuras em massa semelhantes aos da inquisição medieval. Ruína moral. Não há o que comemorar no mundo quando a vingança, “errada em si mesma”, constitui um dos principais obstáculos ao progresso humano.

E, depois do corpo estendido no chão, sem pressa, absortos na via dolorosa, sem princípio e sem fim, com abuso tirânico, o puniram transmudando-lhe a vida numa interminável penitência, como Ahsverus (Judas) de Euclides da Cunha, monopolizando o ódio universal.

A crueldade foi acentuada pelas imagens divulgadas na internet, pelos gestos vivos da tortura tão trágica que a eterna condenada parecia ressuscitar de modo a desafiar a repulsa que saciou as almas crenches na versão sequer confirmada pela polícia.

E lá, diante do corpo estendido no chão, vozes com traços admiráveis de ironia triunfal vingaram-se de si mesmas: puniram-se da fraqueza moral, do barbarismo a que ainda estão agarradas. A apoteose da razão deu lugar ao instinto demoníaco.

Está lá a figura espancada no chão, enquanto outras vozes vacilaram indecisas, desafiando maldições e risadas, que espalharam em roda desolação e terror. E a história deu cruel lição sobre a natureza humana, demonstrando que o respeito pela vida de qualquer pessoa foi proporcional ao poder que elas detinham no momento. A força bruta, a ti-

rania, o despotismo, a opressão se repetiram, como na tradição da malhação do Judas.

E lá deixaram o corpo estendido no chão e, pouco a pouco, debandaram, afastaram-se, dispersaram-se. Formas e gradações de bestialidade e egoísmo que embaçaram o verniz interior da civilidade, alimentando a vingança e a crueldade.

E, diante do corpo estendido no chão, os justiceiros se desigualaram da suposta agressora, pela crueldade imposta à malfeitora. Eles se apressaram mais a retribuir um dano que um benefício, a vingança virou prazer, como diria Tácito.

Não há vingança justa já afirmava Cervantes. Deixará a justiça de ser injusta se for inspirada num móvel humanitário? A justiça é sentimento que em sua abstração abarca simetria, equidade, harmonia. Para Ihering, o sentimento de justiça pode ser comparado ao amor, pois sua força jaz no sentir. Só o sentimento pode nos dar a compreensão e nos faz compadecer dos iguais. Se o vídeo deixou o gosto amargo da crueldade e vingança é porque ele foi capaz de transmutar a justiça em injustiça. Quando se ultrapassam os limites, a dor e a pústula física e moral evidenciam a derrota. Fica a sensação das deformações monstruosas das pulsões humanas, semelhantes às míticas górgonas: dominação, tirania, desorientação, vingança e violência, crueldade.

Rosane Kolotelo, professora de Teoria do Direito e coordenadora da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná.

25 MAI 2014

GAZETA DO POVO

MENSALÃO

Grupo do RS entra com pedido no STF a favor de José Dirceu

Seis gaúchos entraram nesta sexta-feira com um pedido de liminar para suspender a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que vetou a solicitação do ex-ministro José Dirceu para deixar a prisão durante o dia e trabalhar fora da prisão. A expectativa é de que a medida seja arquivada, uma vez que o Supremo costuma rejeitar pedidos que não tenham sido apresentados pelas defesas. No pedido, o grupo gaúcho alega que resolveu interferir por Dirceu porque Barbosa transformou o tribunal em "juízo de exceção". A ação é assinada por três advogados e três estudantes gaúchos.

Corregedoria afasta promotor do MT citado em inquérito

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de Mato Grosso (MT) afastou "temporariamente" o promotor de Justiça Marcos Regenold das funções que exercia no Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) após ele ter sido citado no inquérito do Ministério Público Federal por ligações com o ex-secretário de Estado Eder de Moraes, investigado pela Operação Ararath e preso em Brasília. Segundo nota do Ministério Público do Estado, "a medida visa assegurar imparcialidade, transparência e impessoalidade na apuração dos fatos". A casa do promotor e seu gabinete no Gaeco foram vasculhados pela Polícia Federal na terça-feira. Segundo os autos, na fase anterior da Ararath, Moraes ligou para Regenold enquanto agentes federais faziam busca em sua casa. A assessoria do MP/MT disse que o promotor "não está falando". Em entrevista à afiliada local da TV Globo, ele negou envolvimento com o caso. A Operação Ararath investiga crimes de lavagem de dinheiro, fraudes financeiras e possível desvio de recursos públicos.

26 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Em obras

O Tribunal de Justiça faz mais duas licitações nos próximos dias para obras de grande porte. A construção do prédio para fórum em Pato Branco está orçada em R\$ 25 milhões. E a ampliação da sede do Judiciário em Cambé pode sair por até R\$ 15 milhões.

Petecão caindo

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu denúncia nesta semana e transformou em réu o senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Ele é acusado de compra de voto nas eleições de 2006, quando concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados. Os ministros do Supremo seguiram o voto do relator, Teori Zavascki, que apontou "haver indícios bastante veementes" para o recebimento da denúncia. O ministro afirmou que há uma lista mostrando a elaboração de um cadastro de eleitores que receberiam vantagens para votar a favor do congressista.

AGENDA

- **Hoje** - STF faz audiência pública sobre internações no SUS, para decidir se pacientes da saúde pública podem ter diferença no tratamento se pagarem a mais.
- **Hoje** - A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa faz, às 13h30, sessão aberta para analisar projeto que reajusta salários dos servidores estaduais em 6,28%.

Reinaldo
Bessa

Direito de ir e vir

O ex-governador Jaime Lerner vai abrir o ciclo de debates "Direitos Humanos: diálogos com a sociedade", no dia 10 de junho, na OAB-PR, com uma palestra sobre mobilidade urbana. A iniciativa conta com o apoio de diversas entidades, entre elas o Centro de Estudos Professor Dotti. Para o advogado René Dotti, a proximidade entre direitos humanos e mobilidade urbana está expressa na Declaração Universal dos Direitos do Homem "e ninguém melhor para falar do assunto do que Jaime Lerner, uma autoridade mundial no tema", diz ele.

PINGA-FOGO

"Sobre o Dirceu, penso que o Joaquim Barbosa está exagerando e vitimizando a turma do PT. Você sabe que eu não gosto do José Dirceu, mas a coisa está demais."

Roberto Jefferson, delator do mensalão, em carta enviada da cadeia à Folha de S.Paulo.

26 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Nem sempre vale a quitação em escritura pública

ARTIGO

(GEROLDO AUGUSTO HAUER – G. A. HAUER ADVOGADOS ASSOCIADOS, sócio fundador geroldo@gahauer.com.br)

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso contra decisão que declarou nula escritura pública de compra e venda de imóvel, surpreendeu a todos com entendimento de que registro da escritura pública não gera presunção absoluta de propriedade. Entendeu-se que a quitação dada em escritura pública presume o pagamento até que se prove o contrário.

O caso de origem do Tribunal de Justiça de Goiás, envolveu a venda de salas comerciais, cujos vendedores moveram ação declaratória de nulidade do negócio jurídico alegando que agindo de boa-fé e mediante promessa de pagamento, passaram a propriedade das salas comerciais para o nome dos compradores, que não liquidaram a dívida.

O juízo de primeiro grau, julgou procedente a demanda, para declarar nula a escritura de compra e venda, bem como para determinar a restituição dos imóveis aos vendedores.

A sentença foi mantida em sede de segundo grau pelo

Tribunal de Justiça, cujo acórdão constou que “a quitação plena e geral constante de escritura pública de compra e venda não pondera sobre a prova uníssona de que houve a outorga, em pagamento, de um título bancário falso, sendo a anulação deste negócio medida que se impõe.”

Os promitentes compradores, que não liquidaram a dívida, recorreram ao Superior Tribunal de Justiça alegando que a quitação dada em escritura pública de compra e venda de imóvel gera presunção absoluta do pagamento.

Porém, a ministra relatora Nancy Andrighi, reconheceu que, nos termos do artigo 215 do Código Civil, a escritura lavrada em cartório, é documento dotado de presunção de veracidade, mas destacou que essa presunção não é absoluta.

No voto da ministra relatora ressalta-se que: “A quitação dada em escritura pública, não é uma “verdade indisputável”, na medida que admite prova de que o pagamento não foi efetivamente realizado, evidenciando, ao fim e ao cabo, a invalidade do instrumento em si, porque eivado de vício que o torna falso. Assim ocorreu na hipótese dos autos, segundo o tribunal de origem”.

Enfatizou também o motivo pelo qual os arts. 214 e 216 da Lei 6.015/76 (Lei de Registros Públicos) assim preveem: “As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta.

O registro poderá também ser retificado ou anulado por sentença em processo contencioso, ou por efeito do julgado em ação de anulação ou de declaração de nulidade de ato jurídico, ou de julgado sobre fraude à execução.”

Acompanhada por unanimidade pela Terceira Turma do STJ, a ministra decidiu manter o entendimento aplicado pelo Tribunal de Justiça de Goiás, de modo que o registro da escritura pública não gera presunção absoluta, ou seja imutável, de propriedade, por outro lado, a quitação dada em escritura pública presume o pagamento, até que se prove o contrário.

(Colaboração: **Carolina Chaves Hauer**, G. A. Hauer Advogados Associados - geroldo@gahauer.com.br)

24 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz nega liminar e repreende City Shopping

Europart queria cancelamento
de multa imposta pela prefeitura e
autorização para manter atividades
até aprovação definitiva do EIV

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, negou o pedido de tutela antecipada requerida em ação protocolada no último dia 16 pela Europart e quatro lojas que ocupam o prédio do City Shopping, na Rua Benjamin Constant (centro). Os autores queriam o cancelamento de multa administrativa de R\$ 2,9 milhões imposta pela prefeitura e autorização para manter as atividades até a aprovação definitiva do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).

O City Shopping foi inaugurado em outubro de 2012 e funciona sem alvará e sem Habite-se. O EIV foi indeferido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ippul), com o argumento de que a obra estava irregular por não respeitar o recuo de 5 metros e, mesmo sendo Polo Gerador de Tráfego (PGT), ter sido construído em Zona Comercial Um (ZC1), o que é proibido pela lei. Um dos argumentos dos lojistas era de

que o EIV estava pronto antes mesmo do início da obra e que, por demora do município, o documento não foi aprovado.

Para o juiz, o processo começou de maneira aparentemente irregular. “Ao invés de primeiramente obter a aprovação do EIV – exigência legal que a primeira autora (Europart) sabia ser imprescindível –, optou ela por iniciar as edificações do empreendimento sem prévia obtenção da licença para construir”, discorreu o magistrado, lembrando que o estabelecimento ainda funciona sem Habite-se. “À vista desse panorama fica difícil aceitar a alegação de boa-fé formulada pela primeira autora.” O magistrado citou que a obra chegou a ser embargada pelo município, devido às irregularidades, mas a construção não foi paralisada.

O juiz também rechaçou a alegação de demora para apreciação do EIV. Ponderou que a Europart poderia ter ingressado em juízo para obter resposta num prazo razoável.

O promotor Almir Cizaurre Fusco, que atua junto à 1ª Vara da Fazenda, em parecer expedido ontem, também desaprovou a conduta do empresário. “A situação em que a parte autora se encontra decorre da opção em ter iniciado a construção do empreendimento e suas atividades econômicas sem finalizar o cumprimento das formalidades legalmente exigidas, estando, portanto, sujeita aos trâmites e sanções previstas na legislação municipal.”

Na decisão, o juiz considerou que “não pode haver dúvida razoável de que, ao erigir ali nova e moderna construção” a Europart tivesse dúvida de que o recuo a ser observado era o de cinco metros. Citando a lei municipal, o magistrado concluiu que não seria possível outra interpretação. A posição do juiz sobre o recuo contraria o novo entendimento do Ippul e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), que em recurso administrativo da Europart entendeu haver possibilidade de “dupla interpretação” da legislação municipal.

CONTINUA

24 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Cabe recurso ao autores quanto à liminar. O advogado da Europart, Ivan Pegoraro, disse que poderá falar hoje sobre o processo. Os requeridos – município e Ippul – têm 60 dias para contestar a ação.

24 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Cancelamento de multas gera ação de improbidade

Loriane Comeli

Reportagem Local

O conhecido caso de cancelamento de multas de trânsito por agentes da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) em favor de superiores hierárquicos resultou em ação por improbidade administrativa protocolada esta semana pela Promotoria de Defesa do Patrimônio de Londrina. Uma ação penal sobre este caso tramita desde maio de 2012 na 2ª Vara criminal e os réus são acusados de falsidade ideológica por adulteração de documento público.

São acusados de improbidade os ex-agentes de trânsito Eduardo Brazão e Leandro Crepaldi, que teriam cancelado multas para superiores hierárquicos após sofrerem pressão, e os ex-coordenadores Maria do Socorro dos Anjos, Maurício Teixeira dos Anjos e Rogério Duque de Oliveira, além de Maria Aparecida Pieroli, esposa de Oliveira. Brazão teria cancelado multa por estacionamento irregular que aplicou a Teixeira e Crepaldi cancelou auto de infra-

ção imposto a Maria Aparecida, que trafegava em velocidade superior à permitida.

Na ação, distribuída à 2ª Vara da Fazenda Pública, os promotores Leila Schimiti e Renato de Lima Castro afirmam que houve lesão ao erário porque as multas canceladas deveriam ser revertidas à CMTU e, de fato, causaram enriquecimento ilícito aos infratores que deixaram de recolher o valor. A ação pede a condenação do réus à perda da função pública e de valores recebidos indevidamente, pagamento de multa civil e suspensão dos direitos políticos por até dez anos. Os promotores também pediram a condenação dos réus ao pagamento por danos morais, com valor a ser revertido em favor da companhia. Nenhum dos cinco funcionários trabalha mais na CMTU.

Nenhum dos acusados foi localizado ontem pela reportagem. Em entrevistas anteriores, os dois agentes confirmaram ter cancelado as multas alegando terem sido pressionados. Maria do Socorro, Oliveira e Teixeira nunca comentaram o caso.

OPINIÃO DO LEITOR

Insanidade judicial

O “competentíssimo” ministro Teori Zavascki, nomeado (a dedo) pela presidente Dilma, determinara liminarmente pela soltura dos ilustres bandidos (sócios do Tesouro Nacional) já que seus “direitos” teriam que ser resguardados. Entretanto, recuou de sua atitude insana graças à avalanche de protestos pelo País inteiro. Décadas atrás, ministros do Supremo eram considerados semideuses, respeitados ao extremo. Hoje, infelizmente, dado suas atitudes de total “cordeirinhos” se tornaram personas non grata perante a sociedade organizada. Será que esse ministro teria coragem de assinar um “termo de responsabilidade” pelas ações desses meliantes, caso fossem soltos?

WILSON OLIVEIRA TRINDADE (bacharel em Direito) – Londrina

24 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Não há ação penal contra parlamentares, diz juiz

Hubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Em ofício encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), informando da remessa das oito ações penais já propostas contra os réus da Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, reforçou mais uma vez que “em nenhuma das ações penais figura como acusado qualquer parlamentar ou autoridade com foro privilegiado”.

Na última segunda-feira, o ministro Teori Zavascki determinou que todo o processo da Operação Lava Jato fosse suspenso e encaminhado à Suprema Corte, após a divulgação de indícios de uma suposta ligação de parlamentares com o doleiro Alberto Youssef, um dos investigados. Zavascki também decidiu pela soltura do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

As ações penais propostas pela Justiça Federal do Paraná se referem a 45 pessoas já transformadas em réus, mas nenhuma com foro privilegiado. Moro lembra que, em 7 de abril, após notícias do possível envolvimento entre o deputado federal André Vargas e Youssef, determinou que a Polícia Federal enviasse relatório à Suprema Corte, procedimento novamente adotado em 8 de maio, referente ao deputado João Luiz Correia Argôlo dos Santos. O juiz ressalta que, em ambos

os casos, “os indícios relacionados a autoridades com foro privilegiado surgiram em decorrência de medidas investigatórias dirigidas a Alberto Youssef. Jamais houve medida investigatória dirigida contra autoridade sujeita a foro privilegiado”. O mesmo procedimento foi aplicado aos indícios de ligação do doleiro com o senador Fernando Collor de Mello, divulgadas anteontem.

Já foram encaminhados ao ministro Teori Zavascki as oito ações penais, além dos processos que instruem as mesmas. Todas as informações começam a ser analisadas na próxima semana, sem prazo para conclusão dos trabalhos. Zavascki vai decidir se todo o processo referente a Lava Jato permanece no STF, retorna a Justiça paranaense ou se será desmembrado.

PETROBRAS

Em nota oficial, a assessoria da Petrobras informou que “além de ter instaurado Comissões Internas de Apuração, vem colaborando com os trabalhos das autoridades públicas, a fim de contribuir com as respectivas investigações”, sobre o pedido de compartilhamento das provas produzidas na Operação Lava-Jato pela PF do Distrito Federal, para uso no inquérito sobre a compra da Refinaria de Pasadena, conduzido por aquela delegacia.

24 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Eficácia suspensa

A Câmara Municipal publicou decretos legislativos suspendendo a eficácia de duas leis municipais cuja inconstitucionalidade foi declarada pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Uma das leis considerava infração político-administrativa a venda de ações da Sercomtel sem autorização legislativa. De acordo com a Constituição, somente lei federal pode tipificar condutas passíveis de sanção com perda de mandato. O segundo decreto trata das leis municipais 10.256 e 10.274, de 2007, que autorizam a compensação de créditos tributários do município com créditos de precatórios de contribuintes. Para o TJ, as normas são inconstitucionais.

Trabalho infantil

O Ministério Público do Trabalho (MPT) flagrou esta semana cinco adolescentes trabalhando na fábrica de madeiras do prefeito de Mariópolis (Sudoeste), Mário Paulek, dono da Laminados Paulek. A indústria Rodos Puma, do secretário de Administração de Mariópolis, José Carlos Stanqueviski, também empregava quatro adolescentes. O trabalho em serralherias, madeireiras e indústrias de móveis é proibido antes dos 18 anos de idade. Segundo a assessoria de imprensa do MPT, os jovens faziam o descarregamento de toras de caminhões, operavam máquinas (sem a devida proteção) e eram submetidos diariamente ao ruído excessivo, à poeira da madeira e a riscos de acidentes e amputações com o maquinário. Eles também não tinham registro em carteira, assim como outros trabalhadores adultos.

A pedido

Ainda de acordo com informações do MPT, o prefeito, em conversa com a procuradora do trabalho da região de Pato Branco, Priscila Schvarcz, responsável pela inspeção, disse que contratava os adolescentes a pedido das mães dos jovens. No caso da Rodos Puma, o secretário teria alegado que empregava os adolescentes com o intuito de ajudá-los. A inspeção do MPT ocorreu em outras quatro empresas de Mariópolis, onde também foram encontradas irregularidades. A procuradora determinou o afastamento de todos os jovens encontrados, o registro nas carteiras de trabalho e o pagamento das verbas rescisórias, além de indenização por dano moral individual aos adolescentes. Nas seis empresas, 19 adolescentes foram afastados do trabalho.

Extrapolou

O Ministério Público (MP) de Campo Mourão (Centro-Oeste) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, contra o presidente da Câmara Municipal e contra uma procuradora parlamentar, por ato de improbidade administrativa. No procedimento, protocolado por cinco promotores da cidade, o MP relata que o vereador usou a estrutura do Legislativo para ajuizar ações de caráter pessoal, por intermédio da Diretoria Jurídica e com uso do brasão da Casa nas peças processuais. O presidente também usou dinheiro da Câmara (R\$ 1.129,99), para o pagamento das custas processuais das duas ações. A procuradora também é requerida na ACP porque, ao cuidar de tais ações, teria extrapolado as suas atribuições, bem como violado regras do regimento interno da Câmara.

25 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Recurso ao TJ

A defesa da Europart deve recorrer ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná contra a decisão da Justiça de Londrina que negou, liminarmente, a manutenção de alvarás provisórios ao empreendimento. A empresa é dona do prédio do City Shopping, construído com recuo de 2,5 metros da calçada, na Rua Benjamin Constant, área central. O magistrado citou que a obra chegou a ser embargada pelo município, devido às irregularidades, mas a construção não foi paralisada. Por ter sido inaugurado em 2012 sem alvará de construção e Habite-se, o shopping corre o risco de interdição, além de multa de R\$ 2,9 milhões já aplicada pela prefeitura.

'Irrazoável'

Para o advogado da Europart, Ivan Pegoraro, "é irrazoável o empreendimento correr risco de interdição e até demolição, não é situação tão grave assim". Ele disse que vai buscar no TJ a concessão de liminar que garanta a manutenção dos documentos provisórios do City Shopping, até que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) seja analisado. "Houve o acompanhamento da prefeitura em todas as fases da obra, gerou a expectativa de aprovação e apenas embargou depois da obra estar pronta."

25 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO

●● Um juiz do Trabalho, em Londrina, disse certa ocasião: "No começo de um casamento é meu bem pra cá, meu bem pra lá. Quando brigam, e acaba em separação, é meus bens pra cá, teus bens pra lá..."

BOLSONARO QUER SER VICE DE AÉCIO



- Você aceita, Aécio?!

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Aborto legal

O aborto ainda é considerado um tabu pelos brasileiros. País de maioria católica, mas com o número de evangélicos em franco crescimento, o assunto sequer é discutido pela sociedade. No entanto, além das questões morais, religiosas e até éticas, é importante que todos sejam esclarecidos sobre a questão legal do aborto. Gestação indesejada provocada pela violência sexual, casos em que a gravidez coloca em risco a vida da mulher e quando o feto apresenta anencefalia são passíveis de aborto. A decisão – de levar ou não a gestação adiante – deve ser da mulher. Não pode haver julgamentos e interferências externos.

As três situações citadas acima e com previsão legal são fatores de extremo sofrimento para as mulheres. A violência sexual, por exemplo, marca profundamente a vítima e pode provocar traumas irreversíveis. Além disso, um dado alarmante é que o número de estupros tem apresentado crescimento no Brasil. Segundo levantamento do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a quantidade de estupros supera o de homicídios dolosos (com intenção de matar). Se o País não consegue proteger as mulheres que, ao menos, ofereça amparo e apoio. Os outros casos que têm previsão legal também são fatores traumatizantes para as mulheres e, por isso, a discussão tem que ser ampliada.

Importante esclarecer que não se trata da defesa generalizada do aborto. No entanto, a sociedade precisa ganhar maturidade e assumir que há um problema. Entidades afirmam que abortos clandestinos devem ser tratados como caso de saúde pública, dado ao crescimento desses atos. A prática – ilegal – coloca em risco a vida das mulheres e pode ocasionar graves problemas de saúde. Além disso, acredita-se que há subnotificação do total de ocorrências. Para reduzir esses índices é interessante que ocorra um aumento da fiscalização para que essas clínicas sejam fechadas e que os responsáveis sejam punidos. Além disso, também deve ser desenvolvida campanha de conscientização.

No entanto, é importante que as mulheres tenham consciência de seus direitos. Esse esclarecimento deve ser ampliado e também é importante que o “tema aborto” seja incluído na pauta de discussões da sociedade.

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Obstáculos para o aborto legal

Prevista no Código Penal há mais de 70 anos, interrupção da gravidez por estupro ainda esbarra no desconhecimento e na falta de serviços especializados

Silvana Leão

Reportagem Local

Londrina - O número de estupros no Brasil já supera o índice de homicídios dolosos (com intenção de matar), de acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em novembro do ano passado. Tão preocupante quanto o aumento deste crime no País são os resultados psicológicos e físicos provocados nas vítimas, entre eles a gravidez indesejada. Desde 1940 consta no Código Penal brasileiro como direito da mulher optar pelo aborto quando a gravidez é decorrente de violência sexual, e nos últimos anos o Ministério da Saúde tem tomado medidas no sentido de garantir este direito, como publicar norma técnica prevendo atenção humanizada ao abortamento e, desde a última quinta-feira, incluir a interrupção da gravidez na lista de procedimentos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Mesmo assim, o tema ainda é polêmico e tabu para muitos. Até hoje mulheres que passam por este tipo de trauma não são amparadas pela lei, ou por desconhecê-la ou porque, em várias regi-

ões brasileiras, ainda não existem serviços públicos para abortos legais.

De acordo com o Ministério da Saúde, existem 65 serviços para atendimento à interrupção legal da gravidez no Brasil. O problema é que eles estão mal distribuídos no país. Em Roraima, por exemplo, estado com maior número de estupros por cada 100 mil habitantes (52,2), não existe nenhum centro referenciado. Mesmo nas regiões que contam com boa oferta destes serviços, como é o caso do Sul e Sudeste, motivos relacionados a objeção de consciência, crenças religiosas e temor de ser rotulado entre os colegas de trabalho fazem com que muitos médicos se recusem a responsabilizar-se pelo procedimento. Em Londrina, só para citar um caso recente, nenhum plantonista do Hospital Universitário (HU) queria cumprir a ordem judicial de interromper a gestação de uma adolescente vítima de estupro.

“Ainda há muito preconceito em relação ao aborto legal no Brasil. Isto dificulta a formação de equipes”, revela Rosângela Aparecida Talib, coordenadora execu-

tiva e coordenadora do Projeto Aborto Legal nos Hospitais Públicos do movimento Católicas pelo Direito de Decidir (CDD/BR). Ela aponta ainda outros problemas, como a alta rotatividade nas equipes – que devem contar com médico, enfermeira, psicólogo e assistente social – e o desconhecimento da população em relação ao direito ao serviço. “Em 2006 contratamos o Ibope para realizar uma pesquisa para checar o conhecimento da população sobre o direito ao aborto legal. Constatamos que quase 60% desconhecia este direito. Das pessoas que conheciam, 95% não sabiam dizer qual unidade de saúde do município era credenciado para realizar o procedimento.

“É muito comum a mulher ser violentada e demorar tanto tempo para procurar um serviço especializado, seja por vergonha, seja por desconhecimento de seus direitos, que quando decide procurar, a gestação já está em estágio avançado e não é mais possível interrompê-la. Nestes casos, a única coisa a fazer é encaminhar esta mulher para acompanhamento pré-natal”, explica a coordenadora executiva do CDD.

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O desconhecimento de direitos por parte da vítima não é o único problema enfrentado no país. O desencontro de informações sobre o assunto, até por parte de órgãos oficiais, também atrapalha. Procurada pela reportagem, a Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) informou, por meio da assessoria de imprensa, que todas as mulheres vítimas de estupro devem procurar a unidade de saúde mais próxima, onde receberão ou serão encaminhadas a atendimento apropriado, e que devem também procurar uma delegacia para registrar um boletim de ocorrência. Porém, de acordo com o guia Aspectos Éticos do Atendimento ao Aborto Legal: perguntas e respostas, elaborado pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), a mulher vítima de violência sexual que busca um serviço de aborto legal não precisa apresentar registro de ocorrência policial.

Ainda de acordo com a legislação, o aborto legal em casos de violência sexual pode ser feito até a 20ª semana de gestação, mas muitos hospitais adotam como idade limite 12 semanas, sob o argumento de maior segurança no procedimento. Já nos casos de anencefalia e de risco à saúde da mulher - outras situações em que o aborto é autorizado - não há idade gestacional máxima para o procedimento. Em todos os casos, porém, quanto mais cedo for realizado, menores serão os riscos para a mulher, as dificuldades da intervenção e os custos para o sistema de saúde.

FINANCIAMENTO OFICIAL

A portaria nº 415 publicada no Diário Oficial pelo Ministério da Saúde no último dia 22 fixou o valor de R\$ 443,40 para a realização dos procedimentos médicos necessários ao abortamento legal. A norma diz que a intervenção se aplica nos casos em que a gravidez é decorrente de estupro, se acarretar risco de vida à gestante ou se for uma gestação de anencéfalo. A portaria estabelece também que a interrupção da gestação deverá ser feita em conformidade com as normas técnicas do Ministério da Saúde e poderá ser solicitada por mulheres com idade entre 9 e 60 anos. A publicação da portaria é um complemento à lei sancionada em agosto do ano passado pela presidente Dilma Rousseff, que dispõe sobre o atendimento das vítimas de violência sexual na rede pública.

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Jurisprudência pode favorecer casos de anencefalia

Londrina - O juiz Paulo Augusto Oliveira-Orion, da 1ª Vara de Execuções Penais de Porto Alegre e integrante da Comissão de Direito Penal da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), esclarece que apenas dois tipos de abortos são previstos em lei no Brasil, sem necessidade de ordem judicial: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto necessário) e quando a gravidez resulta de estupro (aborto humanitário). Nos casos de anencefalia, é preciso entrar com pedido de autorização na Vara do Tribunal do Júri.

Orion garante que na região em que atua, se o pedido for bem instruído, documentado com imagens e laudo médico comprovando a má-formação, a autorização é expedida rapidamente, até para não prolongar o sofrimento da mãe. "De maneira geral, a jurisprudência contribui para o rápido deferimento", afirma.

Em outras regiões, porém, não são raros os casos de mulheres que enfrentam uma espera agonizante até conseguirem a ordem judicial para o procedimento. "É uma situação terrível para a mulher, porque ela sabe que não terá aquele filho e mesmo assim, muitas vezes, tem que ver a gravidez evoluir, ouvir as pessoas fazendo perguntas. É

traumatizante", avalia o médico Evaldir Bordin Filho, chefe do Pronto Socorro (PS) Obstétrico do Hospital Universitário (HU) de Londrina e chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O médico afirma ser totalmente favorável à antecipação terapêutica do parto nos casos de anencefalia e outras má-formações fetais incompatíveis com a vida extrauterina. "Não adianta postergar o sofrimento da mãe", defende. (S.L.)

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ocorrência frequente no HU de Londrina

Londrina - O Hospital Universitário de Londrina é o serviço de referência na região para abortos legais. Segundo o médico Evaldir Bordin Filho, chefe do Pronto Socorro (PS) da instituição, por ano são realizados no hospital de três a cinco abortos com autorização judicial. A causa mais comum, informa ele, é a anencefalia.

Diariamente, porém, o HU recebe de seis a sete pacientes com sangramentos no primeiro trimestre de gestação por ameaça de aborto, aborto já constatado ou aborto retido (quando o feto não se desenvolve dentro do útero). Muitos são espontâneos, outros são provocados, geralmente pelo uso de mi-

soprostol adquirido no mercado negro. Nestes casos, mesmo que os médicos desconfiem do uso do medicamento, é difícil comprovar, já que as mulheres negam, pelo medo de responder judicialmente pelo ato. "Quando a mulher admite que induziu o aborto ou quando há como provar, somos obrigados por lei a denunciar o fato", informa Bordin.

De acordo com o Código Penal brasileiro, o autoaborto pode resultar de um a três anos de detenção. "As mulheres têm medo de ser criminalizadas, por isso buscam as próprias soluções, muitas vezes colocando a própria vida em risco. Este é um problema muito sério de saúde pública e uma discussão que tem muito a avançar", adverte Rosângela Talib.

Segundo a representante do CDD/BR, há uma estimativa - baseada no índice de curetagens (procedimento médico para a retirada de material placentário ou endometrial da cavidade uterina) feitas no SUS - de que sejam realizados cerca de um milhão de abortamentos inseguros no País por ano, o que gera um alto índice de

mortalidade materna. "Além de ser uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil (na Bahia é a principal causa), os abortos clandestinos levam, em muitos casos, a sequelas irreparáveis, como a infertilidade, resultado de graves inflamações", ressalta Rosângela Talib. A psicóloga, que acompanha de perto o assunto desde 2011, acredita que os números oficiais sejam subnotificados, justamente pela criminalização do aborto no País.

Além do HU de Londrina, o Paraná tem outros quatro hospitais que são referência para aborto legal. A reportagem entrou em contato com três deles - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba; Hospital Costa Cavalcanti, em Foz do Iguaçu; e Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Até o fechamento desta edição, porém, nenhum deles deu retorno aos pedidos de informações. No caso do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, em Cascavel, não foi possível o contato com a assessoria de imprensa da instituição. (S.L.)

“O aborto legal em casos de violência sexual pode ser feito até a 20ª semana de gestação, mas muitos hospitais adotam como idade limite 12 semanas”

CONTINUA

26 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Guia busca ética no atendimento

Londrina - Para a socióloga Miryam Mastrella, pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis) e supervisora da pesquisa que deu origem ao guia "Aspectos éticos do atendimento ao aborto legal: perguntas e respostas", a maior dificuldade em relação ao aborto legal no País é o desconhecimento diante de uma gravidez resultante de violência sexual. "Muitas mulheres não conhecem que possuem as opções de interromper a gravidez ou de levá-la adiante, podendo ficar com a criança ou colocá-la para adoção. Há também a falta de divulgação dos serviços referenciados pelo Ministério da Saúde pa-

ra o aborto legal, o que leva mulheres que não desejam prosseguir com a gravidez a chegarem aos serviços já em idade gestacional avançada, inviabilizando a opção pelo aborto", afirma Miryam.

Além da melhor divulgação dos serviços que são referência no País, a socióloga defende a ampliação da quantidade destes serviços. Segundo ela, o Anis está fazendo um censo sobre os serviços de aborto legal no país e constatou que dos pouco mais de 60 listados, menos de 50 realmente realizam o aborto nos casos previstos em lei. As pesquisas do Instituto também apuraram que entre os profissionais médicos, são poucos os que se dispõem

a atuar nos serviços de aborto legal. "Por isso aqueles que se manifestam contrariamente ao aborto previsto em lei não devem fazer parte destas equipes, já que o atendimento deve ser pautado pela qualidade, pelo respeito à diversidade e à autonomia das mulheres e não por crenças individuais."

Segundo a pesquisadora, a ideia de elaborar o guia surgiu após a realização de uma pesquisa em um serviço de referência para o aborto legal. "A pesquisa nos possibilitou conhecer um pouco mais sobre o processo de negociação moral que se estabelece entre a mulher em busca de assistência e a equipe de saúde responsável por

esse atendimento, trazendo à tona algumas das dificuldades e obstáculos vivenciadas tanto pelos profissionais de saúde como pelas mulheres que buscam o serviço. Imaginamos que essas dificuldades, inseguranças e dúvidas poderiam ser as mesmas enfrentadas por outras equipes. Foi da preocupação com a ética no atendimento, visando cuidar das mulheres e dos profissionais que nasceu esse guia." Miryam afirma que o documento – divulgado no formato digital – tem sido utilizado por profissionais que, diante de situações delicadas e embleáticas, recorrem a ele para a discussão dos casos em equipe. (S.L.)

24 MAI 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Julgamento de planos econômicos envolve 11 teses

Disputas vão desde a constitucionalidade dos planos à abrangência dos processos, o que pode tornar uma decisão final mais demorada

Victor Martins / BRASÍLIA

A disputa em torno do ressarcimento a poupadores por supostos prejuízos acarretados pelos planos econômicos dos anos 1980 e 1990 parece estar muito longe do fim. Estudo realizado por bancos e integrantes do governo mostra que há 11 teses a serem debatidas na Justiça.

Em cada uma delas, uma infinidade de recursos podem ser usados em caso de derrota, o que estenderia o caso por um período ainda indefinido, talvez anos. As disputas vão desde a constitucionalidade dos planos, que voltará ao debate na quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), à abrangência dos processos, se têm repercussão local ou nacional.

Na quarta-feira passada, os bancos sofreram revés em um desses casos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a incidência do juro de correção do valor da causa – o chamado juro de mora – vale a partir do início do processo, quando o réu é citado para conhecimento da ação. As instituições financeiras defendiam que só deveria contar no fim, quando o réu é citado para pagar a dívida e reconhece o direito do credor.

Na derrota de quarta-feira, Banco do Brasil e HSBC foram

os bancos mais atingidos. O julgamento abriria a possibilidade de reabertura de processos judiciais de poupadores contra as duas instituições relacionados ao Plano Verão, em 1989. Desde 2009, quando os dois bancos foram condenados no STJ, eles vinham pagando os diretos que eram reconhecidos judicialmente, independentemente da disputa no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da constitucionalidade dos planos econômicos de 1980 e 1990.

Para o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), BB e HSBC terão de pagar os poupadores que foram beneficiados pela decisão de 2009. Mesmo quem não acionou a Justiça ainda tem tempo, na avaliação da entidade. Para os poupadores do BB o prazo vai até outubro; para os do HSBC, até agosto.

• Conta
R\$ 128 bi

seria o valor a ser pago num cenário em que as ações tenham repercussão nacional e os juros de mora contem apenas no fim do processo

R\$ 341 bi

seria a conta se os juros de mora forem contados desde o início

Os bancos não se posicionam oficialmente sobre a tese do Idec, mas, nos bastidores, discordam da informação. Para eles, há possibilidade de o STF reformar a decisão do STJ. A defesa dos poupadores acha impossível.

Um advogado do governo, ouvido pelo *Broadcast*, serviço em tempo real da *Agência Estado*, afirmou, no entanto, que em todos os casos transitados em julgado, ou seja, cuja decisão é definitiva, os bancos terão de ressarcir os poupadores. “A vitória de quarta-feira foi relevante para os poupadores e eleva o tamanho do impacto financeiro. Não tenho dúvidas de que esses dois bancos terão de pagar em algum momento”, afirmou o advogado, que pediu para não ser identificado.

A fonte explicou, entretanto, que há muita coisa em aberto e disse acreditar que o Supremo vai decretar a constitucionalidade dos planos econômicos. No entanto, pondera que deve haver alguma perda para os bancos. “A decisão do STF deve levar a algum custo, que não é desprezível”, admitiu.

Valor. Entre os debates que ainda estão para ser travados na Justiça, alguns têm impacto financeiro importante. O governo trabalha com algumas hipóteses. Se for decretado que as ações têm abrangência local e se a decisão do STJ continuar a valer, a conta sai de R\$ 23 bilhões para R\$ 61 bilhões.

CONTINUA

24 MAI 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Caso prevaleça um cenário no qual as ações tenham repercussão nacional, mas que os juros de mora contem apenas no fim do processo, a conta vai para R\$ 128 bilhões. Na hipótese de valerem os juros de mora a

partir do início do processo, com repercussão nacional, a fatura sobe para R\$ 341 bilhões.

Mariana Alves Tornero, advogada do Idec, explicou que as sentenças transitadas em julgado – quando não há chance de recurso – não podem ser alteradas. “Elas não entram em conflito com o que ocorre no STF”, disse. “A decisão do Supremo

vale para as ações que ainda estão pendentes.” Para ela, não há dúvidas no caso de BB e Caixa, que foram derrotados no Plano Verão, em 2009.

As instituições financeiras, porém, prometem questionar. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que vai levar a questão de juros de mora para o STF, se for preciso.

Decisão pode causar rebaixamento do rating de bancos

● Uma eventual decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor de que os bancos indenizem correntistas por perdas em contas de poupança ocorridas na vigência de vários planos econômicos criados para combater a inflação nas décadas de 80 e 90 poderá levar a Fitch a revisar os ratings dos maiores bancos brasileiros, dependendo do impacto

do veredicto e da força financeira de cada instituição, afirmou ontem a agência de classificação de risco.

De acordo com a Fitch, uma decisão negativa do Supremo Tribunal Federal poderá ter impacto maior nos dois maiores bancos federais (Banco do Brasil e Caixa) e nos três maiores bancos comerciais do setor privado (Bradesco, Itaú Unibanco e Santander).

“Bancos médios e pequenos não são afetados pela decisão, dada sua participação limitada na administração de contas de

poupança durante a implementação desses planos econômicos”, disse a agência.

Na quarta-feira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu a favor dos poupadores, numa decisão que tem implicações negativas para os grandes bancos do Brasil, de acordo com a Fitch. Mais especificamente, o STJ decidiu que poupadores supostamente prejudicados na vigência do Plano Verão terão direito ao recebimento de juros de mora referentes ao período em que os processos foram abertos. / SERGIO CALDAS

24 MAI 2014

IMPACTO PARANÁ JUIZ FEDERAL PARANAENSE EVITOU BETO YOUSSEF DE FICAR EM LIBERDADE

Não fosse o Juiz Federal Sergio Moro, e o doleiro Beto Youssef e mais 11 presos estariam hoje em liberdade.

Na ultima segunda-feira o Brasil foi surpreendido com a decisão do Ministro Teori Zavascki, que determinou a suspensão de toda a Operação Lava Jato e a libertação dessa turma, envolvida até a medula, com esquemas de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e corrupção, entre outros.

Preso desde o dia 17 de Março na Polícia Federal em Curitiba, Beto Youssef e o diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, estavam em prisão preventiva que foi anulada pelo Ministro do STF em liminar que decidiu por conta de que tais investigações deveriam ocorrer em foro privilegiado uma vez que envolvem parlamentares, caso do deputado André Vargas.

Nesta ultima quarta-feira o Juiz Federal Sergio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, voltou a pedir a manutenção de Beto Youssef, uma vez que o mesmo, que fora beneficiado por delação premiada no caso Banestado, infringiu o benefício ao seu envolver agora com esta nova situação que explodiu com o escândalo do doleiro e deputado André Vargas, chegando

ainda a fronteira da Petrobrás onde o diretor Paulo Roberto Costa deixava e rolava com um esquema de corrupção que foi denunciado.

Condenado em uma das ações do caso Banestado, que pode ter movimentado cerca de US\$ 30 bilhões de dólares no fim dos anos 90, o doleiro esteve prestes a ficar agora, novamente, livre, leve e solto, com a vantagem, ainda, de que desta vez nem precisou da delação premiada.

Quando sentiu a situação, pela qual foi alertado em tempo, o Ministro Teori Zavascki deu liberdade apenas a Paulo Roberto Costa e, a esta altura, nem que reconsidere novamente sua decisão, como aconteceu da primeira vez, de nada adiantará porque a nova decisão do Juiz Federal Sergio Moro impede que a mesma liminar no STF volte a complicar a situação.

Paulo Roberto Costa foi o único, dos 12 presos da Operação Lava Jato, que conseguiu sair da prisão e aguardará em liberdade as providências que através do foro privilegiado vão colocá-lo, quem sabe, novamente atrás das grades.

Seu passaporte, a pedido da Justiça, já foi entregue por advogado, entendendo -se que o mesmo não deverá deixar o país antes que tudo esteja devidamente consumado.

Mantido na prisão, Beto Youssef desta vez pode estar realmente com os dias contados como doleiro.

O advogado de Beto Youssef, Antonio Figueiredo Bastos considerou a decisão do Juiz Sergio Moro uma retaliação, dizendo que os fatos de 1998 e 1999, do caso Banestado, nada tem com a Operação Lava Jato razão pela qual pretende ingressar com pedido de habeas corpus na 4ª Região da Justiça Federal.

24 MAI 2014

IMPACTO PARANÁ

Nesta próxima segunda-feira a movimentação fica por conta de servidores do Poder Judiciário paranaense que vão realizar um ato defronte a sede do TJPR. Durante o dia, das 12 às 18 horas, a categoria fica na frente dos seus locais de trabalho, informando os interessados a respeito da sua mobilização que pretende Isonomia Já!. Durante este período estarão também fechados fóruns, varas ou secretarias. O ato defronte o Poder Judiciário paranaense será das 17 até as 20 horas, com a mobilização vinda do interior e conturbando ainda mais o trânsito no Centro Cívico no final da tarde. Depois do acampamento do professorado na frente do Palácio, esta nova movimentação confirma que estamos vivendo a temporada das manifestações por parte de todas as categorias.

Um processo sobre orgias com menores em Campo Largo, no início dos anos 2000, foi lembrado dia desses durante um chá das comadres ali no Centro Cívico. Gente foi envolvida naquelas histórias e estórias, inclusive "otoridades" da época e que por muito pouco não foram escrachadas. Dizem que na atualidade, gente que está por cima da carne seca não quer nem ouvir falar quando lembram suas participações em fatos lamentáveis quando menores foram usadas para programas muito, mas muito especiais onde participava gente de alto coturno.

Deputado Luiz Eduardo Cheida se diz despreocupado com a condenação na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça que o pegou no contrapé por causa do uso de dinheiro público para pagar advogados, que lhe rendeu ação por improbidade administrativa. Candidato a reeleição como deputado estadual, o parlamentar do PMDB está certo de que tira de letra uma situação que foi julgada vinte anos depois que foi prefeito de Londrina.

Por iniciativa do deputado Ney Leprevost, o desembargador Telmo Cherem recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná. A entrega se deu em sessão solene da Assembleia Legislativa, homenageando um dos mais conceituados juristas do Paraná, nascido em Tijucas, Santa Catarina, mas que adotou nosso Estado como sua terra, tendo aqui estudado e constituído família.

26 MAI 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Judiciário pensa em alternativas

Jadson André
jadsona@tribunadoparana.com.br

O reflexo da criminalização de drogas sobre a superlotação dos presídios preocupa magistrados. Na semana passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse que criminalizar maconha é “má política de governo”.

“Tenho visto um grande número de ações penais e condenações por tráfico de quantidades relativamente desimportantes de maconha. Os presídios brasileiros estão apinhados de jovens com 18, 19 anos, que, por causa desta droga, entram nos presídios e de lá saem muito piores”, afirmou Barroso em entrevista ao programa Diálogos, da *Globo News*. “Me assusta o poder do barulho que o tráfico tem, principalmente nas grandes cidades. A criminalização aumenta este poder”, concluiu.

DIFERENÇA

Uma das tentativas mais importantes, em âmbito nacional, de impedir que usuários sejam tratados como traficantes, partiu do Paraná. No fim de 2012, a secretária estadual da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, propôs ao governo federal a criação de uma lei para estabelecer a quantidade mínima de drogas que um cidadão pode portar sem correr risco de ser preso por tráfico. “No Brasil não há critérios para estabelecer limites quantitativos. Tudo fica a cargo de cada juiz”, destacou Maria Tereza, então presidente do conselho nacional de secretários estaduais da área.

Em 2012, o Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba, tinha 163 presas, das quais 68% respondiam por tráfico e a mais da metade deste percentual tinha sido presa com menos de 50 gramas de entorpecente. No mesmo ano, o Presídio Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa, tinha 35% dos presos por tráficos capturados com cerca de 10 gramas de droga.

No ano passado, o juiz Frederico Ernesto Cardoso Maciel, do Distrito Federal, absolveu um homem detido com cerca de 50 gramas de maconha. Para ele é incoerente álcool e o tabaco, serem permitidos e outras substâncias entorpecentes recreativas, como o THC, não. “São fruto de uma cultura atrasada e de política equivocada e violam o princípio da igualdade”, justificou Maciel. O Ministério Público recorreu da decisão em janeiro deste ano.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cobrador é indenizado por falta de troco

26 MAI 2014

A Auto Viação Redentor Ltda., do Paraná, foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar indenização de R\$ 5 mil por danos morais por não fornecer a um cobrador dinheiro para troco. Sem troco, ele passou a ser vítima de agressões verbais dos usuários, como ser chamado de “ladrão” e “vagabundo”. O recurso da empresa contra a condenação não foi conhecido pela Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

Para o ministro Vieira de Mello Filho, relator do recurso, ficou caracterizado que o empregador “conhecia ou deveria conhecer a situação problemática” enfrentada diariamente pelo trabalhador. “A empresa, confessadamente, nada fez no intuito de diminuir o desconforto do empregado, mediante a simples conduta de providenciar, no início de cada dia, valores em dinheiro trocado para viabilizar sua atividade”, destacou.

Para ele, estão presentes, no caso, os requisitos da responsabilidade civil, como o nexo de causalidade entre a conduta omissa e o dano e o caráter negligente do empregador.

CONSTRANGIMENTO

O Tribunal Regional aumentou o valor da indenização, inicialmente fixado em R\$ 1 mil, para R\$ 5 mil. Segundo o TRT paranaense, embora a maioria dos usuários utilize o cartão magnético, ao não fornecer o troco, a empresa descumpriu obrigação relativa ao contrato de trabalho, acarretando constrangimento ao trocador.

26 MAI 2014

BEMPARANÁ

A Conduta e o direito penal

O poder de investigação nas eleições

*Jônatas Pirkiel _____

Em dezembro do ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a Resolução 23.396/2013, condicionando a possibilidade da apuração de crimes eleitorais somente mediante a prévia autorização dos juízes eleitorais. Esta decisão, que teve como relator o também Presidente do TSE, Dias Toffoli, contou com a imediata reação da sociedade e do próprio Ministério Público, cujos procuradores eleitorais assinaram uma moção contra a tentativa de limitar a atuação do Ministério Público nas investigações dos crimes eleitorais.

Dizem os procuradores que: "...Criar embaraços para o MP é dificultar a apuração de graves ilícitos eleitorais, como a compra de votos, as fraudes no alistamento eleitoral e na coleta dos votos e o uso da máquina administrativa em prol de candidatos. É em nome do eleitor que o Ministério Públi-

co Eleitoral atua. É dele, o eleitor, o maior interesse em eleições limpas e transparentes. A Resolução do TSE fecha, desnecessariamente, uma porta que até hoje se encontra aberta para o cidadão votante...".

A resolução foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, a pedido do Procurador-geral da República, que suspendeu o artigo que estabelecia a autorização prévia do juiz eleitoral para que os inquéritos fossem abertos. Votaram neste sentido, seguindo o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, os ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e o presidente do STF, Joaquim Barbosa. Barbosa destacou que: a resolução extrapolou os poderes da Justiça Eleitoral. Quanto maior número de legitimados para apuração, de mais ferramentas o Estado disporá para obtenção de informações sobre eventuais práticas delitivas".

A vice-procuradora da Re-

pública, Ela Wiecko, afirmou que: "...a resolução interfere na atuação do Ministério Público Eleitoral (MPE), reduz o poder de investigação do órgão e macula as eleições de outubro...". Muitas vezes, não se consegue compreender como as coisas acontecem. Mas se acontecem é porque tem um destino pré-estabelecido. Reduzir ou impedir o poder institucional de investigação do Ministério Público é caminhar no sentido contrário do avanço e do combate a qualquer forma de corrupção, em particular a eleitoral, cujo poder econômico vicia a manifestação livre dos eleitores e compromete a própria lisura do processo eleitoral, permitindo que as casas de representação do povo estejam abarrotadas de "lacaio", descomprometidos com a moralidade e os interesses do povo brasileiro.

* O autor é advogado na área criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

26 MAI 2014

BEMPARANÁ

PAINEL

Conselhos

Os conselhos profissionais, devido ao seu caráter público, possuem natureza jurídica autárquica e por isso devem realizar concurso público para contratar funcionários. O entendimento é do ministro Luiz Fux, do STF.

Honorários

Honorários advocatícios equiparam-se aos créditos trabalhistas nas falências, e, portanto, têm prioridade sobre os demais créditos, inclusive sobre os tributários. O entendimento foi reafirmado pelo STJ

Falha

Fornecer ao paciente um diagnóstico errado sobre o seu estado de saúde gera indenização por danos morais. O entendimento da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte.

E-proc

Procuração sem autenticação, enviada pelo sistema de peticionamento eletrônico, é válida. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

Penhora

Não é possível penhorar integralmente os valores depositados em conta bancária conjunta nos casos em que apenas um dos titulares é devedor. A interpretação do STJ.

Preferência

O direito de preferência do locatário, garantido pela lei do inquilinato, se aplica aos casos em que a alienação do imóvel se dá em processo de recuperação judicial da empresa proprietária. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Financiamento

Banco que financia imóvel não responde por danos oriundos de vício na sua construção. O entendimento é do TRF da 3ª Região.

Congresso

O advogado paranaense Fernando Borges Mânica é o coordenador científico do 2.º Congresso Brasileiro Médico e Jurídico, que acontece entre 26 e 28 de maio, em Vitória (ES). O evento vai discutir, sob um enfoque multidisciplinar, os desafios da efetivação do direito à saúde e principalmente o modo como o Direito e a Medicina se inter-relacionam. Informações no site: www.congressomedicojuridico.com.br

BEMPARANÁ

Reajuste do funcionalismo

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa realiza sessão extraordinária hoje para a análise de propostas de autoria do Governo do Estado, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa sobre o reajuste anual das remunerações de seus respectivos servidores, na ordem de 6,28%. A aplicação do índice representa impacto financeiro mensal de R\$ 75.243.419,00 para o Poder Executivo, de R\$ 966.164,07 para o Tribunal de Contas do Estado, e de R\$ 650.807,17 para o Ministério Público estadual, e de R\$ 657.396,47 para a Assembleia Legislativa. No caso do Executivo, a medida abrange 284.891 servidores ativos, inativos e geradores de pensão, excluindo os integrantes da carreira de Procurador do Estado, que já têm tabela salarial prevista em lei complementar. O anteprojeto concede ainda parcela complementar a servidores com carga horária de 40 horas semanais que recebem valor inferior ao piso salarial mínimo regional do Estado.

26 MAI 2014

Improbidade

O Ministério Público de Campo Mourão, (região Centro-Ocidental), ajuizou ação civil pública (ACP), com pedido de liminar, contra o presidente da Câmara Municipal e contra uma procuradora parlamentar, por ato de improbidade administrativa. O vereador é acusado de usar a estrutura do Legislativo para ajuizar ações de caráter pessoal, por intermédio da Diretoria Jurídica e com uso do brasão da Casa nas peças processuais. A estrutura da Câmara da cidade foi utilizada, segundo o MP, "sem que os demais membros do Legislativo, imparciais e não afetados pelo conflito, tivessem a oportunidade de fazer a devida análise e de se manifestar sobre o assunto". O presidente também usou dinheiro da Câmara (R\$ 1.129,99), para o pagamento das custas processuais das duas ações. A procuradora também é requerida na ACP porque, ao cuidar de tais ações, teria extrapolado as suas atribuições, bem como violado regras do regimento interno da Câmara.

Google

As ações ajuizadas pelo vereador são contra o site de busca Google Brasil Internet e contra os meios de comunicação do município. Na primeira, ele obteve decisão favorável ao pedido de retirada, do sítio eletrônico Youtube, de um vídeo em que era citado. Na segunda, conseguiu tutela inibitória para proibir a transmissão de um segundo vídeo que supostamente seria postado no site e que também o citaria. Ao julgar os pedidos do vereador, o Juízo da 1.ª Vara Cível de Campo Mourão também determinou que todos os meios de comunicação locais se abstenham de veicular qualquer matéria que exponha negativamente a imagem do vereador. A pena imposta é multa, no valor de R\$ 50 mil, por ato de descumprimento. O vídeo que o presidente da Câmara pediu, judicialmente, para ser retirado do Youtube trazia o áudio de conversas entre servidores do município, que cogitavam que o vereador e outros agentes públicos teriam forjado a prisão de um servidor municipal, que recolhia uma contribuição mensal dos funcionários comissionados do Executivo de Campo Mourão. No caso, a prisão foi feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), dentro de investigação específica do MP-PR.

26 MAI 2014

METRO

STF retoma julgamento de planos econômicos na quarta

O STF (Supremo Tribunal Federal) julga na quarta-feira as ações que questionam perdas na caderneta de poupança decorrentes dos planos das décadas de 1980 e 1990).

O julgamento foi iniciado em dezembro do ano passado com as sustentações orais do Banco Central e dos advogados dos poupadores. No entanto, os ministros decidiram adiar a conclusão, para que o assunto seja definido de uma só vez. Há 390 mil processos parados em várias instâncias do Judiciário aguardando a decisão do Supremo.

A principal ação é a da

Confederação Nacional do Sistema Financeiro, que pede confirmação da constitucionalidade dos planos econômicos. Os ministros do Supremo vão analisar também as ações dos bancos do Brasil, Itaú e Santander. Na mesma ação, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) pede que os bancos paguem aos poupadores os prejuízos financeiros causados pelos índices de correção dos planos inflacionários.

Na quarta-feira passada, os poupadores tiveram uma vitória importante. A Corte Especial do STJ (Superior Tribu-

nal de Justiça) decidiu que os juros de mora devem ser contados a partir da citação da ação coletiva, e não depois, a partir da execução individual da condenação.

Se o STF decidir a favor dos correntistas, a decisão do STJ pode balizar o valor a ser recebido pelos poupadores. Pelos cálculos dos bancos, a indenização a ser paga pelas instituições financeiras pode variar entre R\$ 61 bilhões e R\$ 341 bilhões. Na quinta-feira, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) informou que os bancos vão recorrer do julgamento. © METRO COM AGÊNCIAS